

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE EDUCAÇÃO
FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA**

ISABEL COELHO FRIEDRICH

**UMA ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DE AULAS DE SURFE VOLTADAS AO
TURISMO E LAZER EM ALBUFEIRA, PORTUGAL: um relato de experiência**

PORTO ALEGRE – RS

2023

ISABEL COELHO FRIEDRICH

**UMA ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DE AULAS DE SURFE VOLTADAS AO
TURISMO E LAZER EM ALBUFEIRA, PORTUGAL: um relato de experiência**

Trabalho de Conclusão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Educação Física.

Orientador: Alcides Vieira Costa.

PORTO ALEGRE – RS

2023

ISABEL COELHO FRIEDRICH

**UMA ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DE AULAS DE SURFE VOLTADAS AO
TURISMO E LAZER EM ALBUFEIRA, PORTUGAL: um relato de experiência**

Trabalho de Conclusão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Educação Física.

Aprovado em: ____ / ____ /2023.

**Alcides Vieira Costa
Orientador**

**Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Avaliador**

**Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Avaliador**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que permitiu que tudo isso fosse possível, me concedendo forças e sabedoria nas horas mais difíceis.

À minha família, pelo incentivo no esporte desde pequena e apoio durante todo o curso. Também por acreditarem em mim quando nem eu acreditei. Mãe, pai e irmãs, obrigada sempre.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seu competente e compreensivo corpo docente do Curso de Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança.

Em especial, ao meu orientador– Professor Alcides Vieira Costa –, pela compreensão e ajuda sempre, pelo respeito com as minhas escolhas neste percurso de trabalho de conclusão, pela tolerância com as minhas limitações e, principalmente, pela motivação das minhas competências e habilidades.

À escola de surfe de Albufeira/Portugal, por permitir que observações em suas aulas de surfe fossem realizadas, funcionando como objeto de relato e análise para este trabalho de conclusão de curso.

Acredito não sermos um de experiências, mas também de pessoas à nossa volta, portanto obrigada a todos que tiveram influência em quem sou, me ensinando, cada um de sua própria maneira própria, me permitindo chegar aqui e realizar este trabalho de conclusão. A todos, sou grata!

“Começamos por afirmar, com convicção e orgulho, que Portugal é uma espécie de praia gigantesca para praticantes de surf de todo o mundo”

(Leal; Cipriano, 2012)

RESUMO

Os esportes na natureza em campos de turismo e lazer estende-se aos aquáticos, como é o caso do surfe praticado no mundo todo e, especificamente em Portugal, considerando o fenômeno do turismo surfe e o crescimento dos *surf hostels*, *surf camps*, *surf trips* e a disponibilidade de aulas de surfe adaptadas ao público turístico. Desta forma, objetivou-se promover, em formato de trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Educação Física, um relato de experiências de aulas de surfe voltadas ao turismo e lazer em Albufeira/Portugal. Esta região é amplamente reconhecida pelo turismo, graças às suas belas praias, com locais privilegiados para o surfe, além de suas paisagens deslumbrantes. Optou-se pela metodologia de relato de caso, sendo o objeto de estudo as aulas de surfe junto a crianças e adultos em uma escola de surfe, associada à observação participante, haja vista a autora deste trabalho de conclusão participar como monitora nestas aulas, sendo observadora em outras durante o ano de 2023. Desta forma, foi relatado o protocolo básico utilizado para as aulas de surfe, bem como realizada uma análise descritiva de algumas aulas, tendo esta uma associação à discussão embasada na literatura contemporânea, principalmente no que tange às práticas pedagógicas. Para as análises, foram adotados os aspectos observados, dividindo-os em: planejamento de aulas, segurança/qualidade de monitoramento, assim como observações gerais. Esta oportunidade de monitorar aulas de surfe em Portugal veio como a oportunidade de se colocar em prática tudo que se aprendeu teoricamente, e descobrindo como é o ofício na área escolhida. Conclui-se que este tenha sido efetivo, proveitoso e formativo. As aulas de surfe representaram uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento de competências e habilidades adquiridas durante o curso de licenciatura em Educação Física.

Palavras-chave: Escolas de Surfe. Educação Física. Planejamento. Segurança. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

Nature Sports at tourist and leisure extend to water-based activities, such as surfing, a sport practiced worldwide and, specially in Portugal, considering the phenomenon of surf tourism and the growth of surf hostels, surf trips, surf camps, as well as the availability of surfing lessons to an adapted tourist audience. Therefore, the aim was to promote, as part of a bachelor's degree in Physical Education thesis, a report of surfing lessons' experiences focused on tourism and leisure in Albufeira/ Portugal. This region is broadly recognized for tourism, thanks to its beautiful beaches, prime surf spots, and breathtaking landscapes. The chosen methodology was a case study, focusing on surfing lessons for children and adults at a surf school, combined with participant observation. The author of this thesis participated as a monitor in these lessons and observed others through the year 2023. This thesis reports the basic protocol used for surfing lessons and provides a descriptive analysis of some of these lessons, accompanied by a discussion based in contemporary literature, especially concerning pedagogical practices. For the analysis, the observed aspects were divided into: lesson planning, safety/quality of monitoring, as well as general observations. This opportunity to be a monitor in surf lessons in Portugal served as a chance to put into practice everything learned theoretically and find out what the profession in the chosen field involves. It is concluded that this experience was effective, beneficial, and formative. Surf lessons represented a unique opportunity for the development of competencies and skills acquired during the Physical Education degree course.

Key-Words: Surf School. Physical Education. Planning. Safety. Pedagogical Practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa mental: ações pedagógicas de planejamento	35
Figura 2 – Mapa mental: ações pedagógicas durante a aula (intervenção)	40
Figura 3 – Mapa mental: ações pedagógicas após intervenções (avaliação)	42

LISTA DE SIGLAS

IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo geral	13
2.2 Objetivos específicos	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 Turismo	14
3.2 O surfe	16
3.3 Surfe Turismo	17
3.4 Escolas de surfe	19
4 METODOLOGIA	21
4.1 Tipo de pesquisa	21
4.2 Objeto relatado	21
4.3 Critérios e instrumentos para coleta de dados	22
4.4 Critério para a análise dos dados	22
4.5 Estruturação dos dados analisados	23
4.6 Aspectos éticos do estudo	23
5 RELATO DO PROTOCOLO DA EXPERIÊNCIA	25
6 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA RELATADA	28
6.1 Planejamento	29
6.2 Segurança	36
6.3 Outros aspectos	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
8 REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE – FICHAS DE OBSERVAÇÃO DAS AULAS	48
ANEXO – REGULAMENTO	56

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se um crescimento substancial na adesão aos denominados Esportes na Natureza. Essa tendência é impulsionada por diversos fatores, incluindo a valorização crescente da conexão com o meio ambiente, o desejo de escapar do ritmo urbano, a busca por experiências diferentes, saudáveis e por vezes consideradas radicais, a formação de grupos de interesse, a conscientização ambiental e, até mesmo, a aquisição de artigos esportivos específicos ligados a determinada prática (FERREIRA, 2021).

Embora uma análise aprofundada das várias causas que impulsionam a adesão aos Esportes na Natureza seja possível, uma enumeração sumarizada desses fatores antecipa uma intensificação do setor turístico e das atividades comerciais ligadas a este campo. Isto decorre do fato de que o turismo e o lazer englobam, de maneira intrínseca, a busca pela diversão durante o tempo livre (FERREIRA, 2021). Dessa forma, os esportes na natureza se interseccionam perfeitamente com os campos do turismo e do lazer, principalmente em Portugal – local onde os esportes aquáticos ganham enorme visibilidade para turistas e praticantes do mundo todo (LEAL; CIPRIANO, 2012).

[...] em Portugal, o primeiro registo remonta a 1927, documentado num vídeo do exército português, com um grupo de homens a praticar *bellyboard* [...]. Inicialmente, foi o *bodyboard* que entrou nas praias portuguesas, através de Pedro Lima em 1945 [...]. Porém, dois anos mais tarde, nos Açores, Carlos Garoupa, faz a sua própria prancha de *surf*, tendo como base os filmes norte-americanos [...]. Em 1959, Pedro Lima já com uma prancha de *surf* aventurou-se na descoberta de praias surfáveis no nosso país, de acordo com o próprio em 1967 e 1968 já acompanhado com alguns amigos portugueses e estrangeiros (PEREIRA, 2016, p.17).

No contexto do grupo de esportes citado, observa-se uma ênfase crescente no surfe, exemplificada pelo aumento de atividades como *surf camps*, excursões focadas no surfe, acomodações denominadas *surf hostels* e a disponibilidade de aulas de surfe adaptadas ao público turístico. Torna-se inevitável, portanto, a análise do surfe como um componente integrante do setor turístico e do setor esportivo.

Ao longo da minha trajetória pessoal e profissional, sempre mantive uma ligação direta com os Esportes na Natureza, com destaque à prática de vela e à realização de aulas para adultos e crianças. No entanto, durante o ano de 2022,

direcionei meu enfoque para o surfe, justificado na imigração para Portugal, onde tive a oportunidade de trabalhar com o esporte e associar este trabalho ao estágio supervisionado referido ao curso de licenciatura em Educação Física.

Segundo Piconez (2012), o estágio enquanto um exercício fundamental para o processo de profissionalização vai objetivar sua inserção futura no cenário competitivo e no campo amplo onde estará desenvolvendo suas ações profissionais. Vem fundamentar, então, a oportunidade de observações, práticas e ações reflexivas mediante oportunidades de atividades que, até então, eram vistas de forma teórica durante o currículo do curso universitário e, por isso, visa a formação integral.

Ainda, segundo Piconez (2012), ir a campo para a realização do estágio supervisionado significa considerar a imersão em uma cultura educacional determinada que requer a capacidade necessária para a compreensão daquela realidade – o que não seria plausível sem a formação teórica própria do ensino superior.

Esta experiência revelou-se bastante interessante e suscitou uma série de reflexões e considerações a respeito de alguns aspectos das aulas – ou seja, da prática pedagógica, conhecimento de ações e intervenções e fundamentos da pedagogia do esporte – na empresa em que trabalhei, sendo esta a situação que me motivou a investigar e relatar este campo.

Tem-se então a justificativa de uma proposta de descrição de experiências – ou seja, um relato de caso/experiência permeado de observação participativa. Tem-se a descrição de experiências oriundas principalmente de aulas de surfe ministradas por uma equipe de trabalho em uma empresa específica, mesmo existindo demais atividades de lazer e esportes de turismo, tais como passeios de caiaque, *stand up paddle* e *cliff jumping* (salto de penhascos).

A empresa é localizada no sul de Portugal, na cidade de Albufeira, na região do Algarve. Esta região é amplamente reconhecida pelo turismo, graças às suas belas praias, com locais privilegiados para o surfe, além de suas paisagens deslumbrantes, ideais para atividades ao ar livre como caiaque, *stand up paddle*, passeios de barco, *parasailing*, entre outras. “Neste referido país, tem-se que o turismo “é um dos principais motores da economia nacional, sendo considerado uma atividade econômica estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país, designadamente para o crescimento das exportações” (PEREIRA, 2016, p.50).

Assim, além de descrever as aulas, este trabalho busca apresentar reflexões e análises a partir das observações realizadas (ou seja, uma pesquisa acontecida em campo), trazendo informações obtidas através de revisão de conhecimentos e teorias (ou seja, uma pesquisa e revisão bibliográfica) para sustentar as reflexões e opiniões expressas.

A descrição reflexiva – que se tornou, nestas linhas próximas, um trabalho de conclusão de curso de graduação em Educação Física – motivou-se a partir da seguinte questão investigativa: as aulas de surfe, quando voltadas ao turismo, estão susceptíveis a uma perda em questão de estrutura, normas de segurança e planejamento, elementos considerados essenciais durante a formação de licenciatura na Educação Física?

Apesar do surfe ser comumente associado a uma atmosfera mais informal e descontraída de esporte, proporcionando um contato direto com o meio ambiente, busco expor, no presente trabalho, minhas propostas de melhoria em aulas de surfe realizadas com enfoque no turismo. Observo que, embora muitos turistas tenham a expectativa de vivenciar uma breve experiência no esporte, outros demonstram um real interesse em adquirir habilidades mais substanciais e um conhecimento mais profundo do surfe. De fato, o surfe é um esporte de natureza tranquilo e descompromissado e, muitas vezes, de fácil assimilação, visto que o progresso individual está estreitamente ligado ao desempenho e habilidades pré-existentes de cada aluno. Desta forma, constato que, assim como ocorre no ensino de qualquer atividade esportiva, torna-se imperativa a consideração de individualidade – trazendo esta assertividade enquanto hipótese de pesquisa.

Portanto, neste trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Educação Física, irei analisar os aspectos observados, dividindo-os em: planejamento de aulas, segurança/qualidade de monitoramento, assim como observações gerais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Promover, em formato de trabalho de conclusão de curso para a formação de licenciatura em Educação Física, um relato de experiências de aulas de surfe voltadas ao turismo e lazer em Albufeira/Portugal.

2.2 Objetivos específicos

1. Estruturar um referencial teórico para embasar o relato da experiência, contemplando: o turismo e suas modalidades; o surfe; o surfe turismo e; as escolas de surfe;
2. Examinar se as aulas observadas são ministradas de acordo com o Regulamento de Escolas de Surfe, disponibilizado pela Federação Portuguesa de Surf, tendo em vista que as aulas observadas ocorreram em Albufeira/Portugal;
3. Analisar as aulas de surfe voltadas ao turismo e lazer em Albufeira/Portugal, a partir dos seguintes aspectos: planejamento de aulas, objetivos das aulas, segurança e qualidade de monitoramento, assim como observações gerais;
4. Apresentar reflexões acerca dos referidos aspectos, por meio de conexões empíricas (experiências com a observação participante nas aulas) e discussões bibliográfica-literárias (a partir de revisões entre a bibliografia e a literatura revisadas).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Turismo

Ao tentar definir pontualmente o conceito de turismo, mergulha-se em uma longa busca, que revela diversidade de definições e perspectivas. Segundo Ferreira (2021), a Organização Mundial de Turismo (OMT), por exemplo, define o mesmo enquanto um fenômeno econômico-sociocultural de deslocamentos de pessoas para lugares exteriores ao seu ambiente habitual, com vistas à finalidades profissionais (envolvendo negócios) ou pessoais. Registra, ainda, que os sujeitos envolvidos nesse movimento dinamizado possam ser chamados de visitantes – ou turistas, excursionistas e não residentes). Portanto, o turismo envolve um movimento de geração de atividades envolvendo gastos.

Alguns estudos abordam o turismo como um fenômeno que não possui uma definição única consensual, analisando os motivos que levaram instituições, como a OMT, a reformular e ajustar as definições do turismo ao longo dos anos. Isso é explicitado por Pakman (2014).

Na busca da definição adequada do termo turismo, Urano (2016) analisa diversas definições e sistemáticas de compreensão acerca do turismo. Nessa leitura, encontra uma reflexão sobre as obras de Wahab (1988), renomado profissional egípcio na área do turismo, posteriormente pesquisador e autor de obras literárias. Em tais reflexões, tem-se a seguinte definição do autor:

[...] o turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográfico dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país, ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada (WAHAB, 1988, p.26).

Além disso, a literatura atualizada traz diversas definições sobre o termo, destacando-se a seguinte:

[...] o turismo está muito além de um fenômeno social, cultural ou ambiental. Tem *status* de atividade econômica geradora de grandes investimentos na infraestrutura, no mercado comercial, na geração de emprego e renda, além de outros tantos campos que esta

vertente vem abarcando, agregando valor aos municípios costeiros, melhorando a qualidade de vida da região e seu entorno (CAPORAL; VIEIRA, 2019, p.105).

Dentre os diversos conceitos de turismo, tem-se suas tipificações, como mostrado na sequência. Segundo Caporal e Vieira (2019), contemplar distintas modalidades de turismo para a diversidade de seus termos implica na ampliação de alternativas e ofertas turísticas indenitárias, com características que possam atender às diversas expectativas.

[...] existem diferentes formas em que o turismo encontra de preencher os espaços existentes no mercado, melhorando sua oferta. Conforme a classificação criada [...], os segmentos do turismo são: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural e Turismo de Saúde. As atividades denominadas esportivas, sejam de aventura ou não, quando entendidas como competições, são definidas como modalidades esportivas e tratadas no âmbito denominado Turismo de Esportes (CAPORAL; VIEIRA, 2019, p.106).

Além disso, tem-se outras modalidades que interessam para o presente trabalho de conclusão de curso.

O turismo costeiro refere-se às atividades de turismo terrestre, como natação, surfe, banhos de sol e outras atividades costeiras de lazer, recreação e esportes que ocorrem na margem de um mar, lago ou rio. A proximidade à costa é também condição para a existência de serviços e equipamentos de apoio ao turismo costeiro (PEREIRA, 2016).

Já o turismo marítimo refere-se às atividades baseadas no mar, como cruzeiros, iatismo, passeios de barco e desportos náuticos, incluindo os respectivos serviços e infraestruturas terrestres (PEREIRA, 2016).

O turismo de águas interiores refere-se às atividades turísticas como cruzeiros, iatismo, canoagem e esportes náuticos que ocorrem em ambientes de influência aquática localizados dentro dos limites terrestres e incluem lagos, rios, lagoas, riachos, águas subterrâneas, nascentes, águas de cavernas e outros tradicionalmente agrupados como zonas húmidas do interior (PEREIRA, 2016).

E, por fim, tem-se o turismo surfe – contudo apresentado posteriormente, sendo necessário a apresentação do conceito de surfe para que possa ser compreendido com mais detalhe e propriedade.

3.2 O surfe

O surfe é um esporte cujo principal objetivo é deslizar sobre as ondas. Tal movimento depende obrigatoriamente dos mares, rios ou piscinas para ser realizado, com uma forte preferência ao ambiente marítimo. Dessa forma, a realização de manobras com as pranchas atribui ao esporte uma maior atratividade e um estilo único, que permite ao praticante a sensação de andar sobre as águas, proporcionando uma conexão profunda com a natureza (MOREIRA, 2009; BASTOS; PEREIRA, 2017).

De acordo com Bigolin (2019), ele é concomitantemente atividade física e de lazer, que se utiliza de uma prancha para deslizamento sobre ondas. Este objeto, na atualidade é confeccionado a partir de fibra de vidro, e seus movimento iniciam-se com a entrada do surfista na água, por meio do movimento de remo do surfista deitado na prancha até que ele possa atingir uma velocidade ideal e, então, posicionar-se de pé para que comece a execução das manobras até quando ele consiga levar a prancha em deslocamento sobre a água/onda. Portanto, é uma atividade intermitente, desde que propensas as condições de surfar, com períodos intercalados entre alta e baixa intensidade, além de outros de descanso do surfista. Portanto, demanda-se deste sujeito práticas de técnicas – principalmente físicas – que precisam ser aprendidas, sendo elas posicionamentos para remadas, em ficar de pé na prancha e em saber como manejá-la a partir de diferentes níveis.

Por outro lado, para a realização de manobras, tornam-se imprescindíveis aspectos cognitivos, teóricos e mecânicos do corpo, pois cada manobra tem seu nível de dificuldade e cada surfista terá seu estilo próprio dependendo de suas características físicas (MOREIRA, 2009; BASTOS; PEREIRA, 2017).

[...] essa confraria que reúne homens e mulheres, jovens e velhos em países dos cinco continentes, possui um sentimento exclusivo, muitas vezes egocêntrico. São criaturas da terra que vivem conectadas com o mar, procurando manter sempre o contato do primeiro ao quinto grau. Já foram chamados de uma tribo nômade, o que pode ser verdade. Outros explicam que os surfistas vivem num

mundo espiritual diferente. Entretanto ninguém conseguirá, surfista ou não, definir o significado da palavra surf e muito menos identificar o surfista (GUTENBERG, 1989, p.7 apud BASTOS; PEREIRA, 2017, p.8).

O surfe é um esporte que pode proporcionar aos seus praticantes a sensação de bem estar, superação, lazer e integração com o meio ambiente. É, ainda, uma prática que demanda hábitos saudáveis de seus praticantes, independentemente se os integrantes praticam o esporte apenas por lazer (COSTA, 2000). A aceitação da prática da atividade evidencia que seus praticantes encontram momentos de emoções, de sensações, de contatos físicos que os levam a momentos de prazer intenso, proporcionando sentimentos de fusão com o mundo (BASTOS; PEREIRA, 2017).

A literatura atualizada é consensual em afirmar que a atividade pode ser praticada em caráter profissional, visando o desempenho do surfista como atleta, bem como em caráter de lazer, comumente praticado em praias domésticas e em programas que envolvem turismo (PEREIRA, 2016; BASTOS; PEREIRA, 2017; CAPORAL; VIERA, 2019; FERREIRA, 2021; SILVA et al., 2022).

3.3 Surfe Turismo

O surfe é, em grande parte do mundo, um esporte que se caracteriza no segmento turístico de atividades esportivas, haja vista ser uma prática que nem sempre é permissiva em todas as localidades, fazendo-se com que as pessoas se desloquem de suas residências e cidades para migrarem para demais localidades propícias e ideais para a prática. Como bem colocam Caporal e Vieira (2019, p. 106), “o Turismo de Surfe, que tem como matéria prima o oceano, funciona como impulso na valorização de regiões costeiras, alavancando estes destinos turísticos em diversas partes do mundo na busca da onda perfeita”.

Consensualmente, é definido como uma viagem temporária, de destino nacional/doméstico ou internacional, cuja intenção é alguma atividade que envolva a prática do surfe, seja para satisfação pessoal ou para demonstração a demais espectadores em eventos oficiais (PEREIRA, 2016; BASTOS; PEREIRA, 2017; CAPORAL; VIERA, 2019; FERREIRA, 2021; SILVA et al., 2022).

[...] um turismo que envolve pessoas a deslocarem-se para destinos domésticos por um período não superior a seis meses, ou para um destino internacional por um período não superior a doze meses, que permanecem pelo menos uma noite, e onde a participação ativa no desporto de ondas é a motivação primária na seleção de destino (PEREIRA, 2016, p.20).

A história do Turismo Surfe é contada por Pereira (2016) como aquela que se inicia com viajantes que, aderidos à prática deste esporte – na modalidade amadora ou rumo à modalidade profissional – começaram a procurar por novos locais para surfar, para suas demandas de novos desafios, tendo como critério de escolha a qualidade das águas (dos mares) e das ondas, não dissociando-se da observação das condições climáticas.

A popularidade do esporte teve um aumento progressivo com a chegada dos anos 60, quando a popularidade do esporte na modalidade turística ganha visibilidade. O esporte foi impulsionado pelas músicas, anúncios em propagandas televisivas, (com o esporte em pano de fundo), cenários de filmes, roupas e divulgação de competições. Este entorno vem movimentar viagens para turismos em localidades propensas e propícias aos surfistas, que já adotavam naquela ocasião o lema da busca da onda mais perfeita. Com isso, este setor movimenta a economia e ganha status relevante para faturamento de muitas cidades, aquecendo hotéis, pousadas, pontos turísticos, comércios locais – sem contar a esfera socioambiental, sendo uma pauta relevante para turismos de aventura, turismos marítimos, turismos de costa e, então, para o turismo do surfe (PEREIRA, 2016).

Atualmente, a imagem e o cenário dos surfistas que fazem turismo já se diferenciam-se do cenário descrito anteriormente, onde comumente tinha-se a ideia de um turista esportista, com mochila nas costas, com tempo livre, cujo destino vai sendo programado a partir da conveniência, andando praias no mundo a fora. Consensualmente, a literatura afirma que o panorama mudou, sendo que os surfistas turistas têm dificuldades em viajar e, quando viajam, se programam com antecedência, habitualmente com roteiros pré-definidos, principalmente pela conjuntura e cenário político-econômico. Neste contexto, o turismo – e, automaticamente, o surfe turismo – caracteriza-se por viagens econômicas, realizadas em grande parte por agências de viagens por meio de pacotes promocionais, que agregam aos seus clientes com a oferta de passeios e outras atividades, como é o caso de oferta de aulas de surfe em escolas de surfe, como

uma forma de parceria de negócios. É nesta conjuntura, os *surf camps* foram cedendo lugares para *surf houses*, *surf hostels* e demais outras redes de serviços relacionadas, como é o caso das escolas de surfes nestas localidades (PEREIRA, 2016; BASTOS; PEREIRA, 2017; CAPORAL; VIERA, 2019; FERREIRA, 2021; SILVA et al., 2022).

3.4 Escolas de surfe

A literatura contemporânea não pode se dissociar da afirmativa de que o turismo surfe tornou-se uma indústria significativa, ocupando uma grande parte do mercado turístico, movimentando a economia local, bem como diversos outros segmentos das quais se ocupa para que sua proposta se efetive. Especificamente o mercado de turismo surfe, nos dias de hoje, segmenta-se considerando a proposta, motivo e desejos dos surfistas, que procuram por: experiências em nível mais avançado; por experiências em nível moderado e experiências em nível de iniciantes (PEREIRA, 2016; BASTOS; PEREIRA, 2017; CAPORAL; VIERA, 2019; FERREIRA, 2021; SILVA et al., 2022).

Especificamente no nível iniciante – aquele de interesse particular para o presente trabalho de conclusão de curso –, os pretensos a surfistas (amadores ou profissionais, crianças ou adultos) são aqueles que buscam por alternativas, cursos e treinamentos que lhes oferecem conhecimento para iniciar ou melhorar suas práticas e capacidades com a prancha e contato com o mar. Portanto, estão sempre em busca de aulas de surfe em escolas de surfe (PEREIRA, 2016; BASTOS; PEREIRA, 2017; CAPORAL; VIERA, 2019).

E, para esta modalidade, as aulas e instruções são sempre dotadas não somente de conhecimentos técnicos, mas também permeadas de diversão. Têm com peculiaridade, serem ministradas por surfistas mais experientes ou devidamente credenciados a determinada instituição competente, para que ofereçam além do conhecimento e experiência, segurança (CAPORAL; VIERA, 2019). Portanto, sendo consideradas como aulas para iniciantes, comumente sendo o público formado por crianças e adolescentes, faz-se necessário que as aulas em escolas de surfe sejam dotadas de prática pedagógica adequada para o ensino, requerendo estratégias, metodologias apropriadas, motivação e ludicidade (SANTANA, 2005; SANTANA; REIS, 2006; SILVA et al., 2022).

- As escolas de surf são basicamente dirigidas para a iniciação à modalidade, existindo uma pequena percentagem que trabalha na formação de atletas profissionais;
- Nas escolas dirigidas para a iniciação, as aulas são em grupo, são formadas turmas, que contam com alunos com o mesmo nível de habilidade, independentemente da idade. O material é fornecido pela escola;
- Nos casos de formação de atletas, as aulas são personalizadas e individuais, existindo limites mínimos e máximos de idade para o aluno. Nestes casos o material deve ser do praticante;
- O público preferencial das escolas de surf são as crianças, contudo naturalmente também trabalham com adultos (PEREIRA, 2016, p.62).

Especificamente em Portugal, o Turismo Surfe movimenta-se pelas suas características peculiares, que se resumem na paisagem, no clima ensolarado e quente ao longo do ano e na variedade de ondas, sendo atrativo para surfista e curiosos de todo o mundo, desde os mais experientes até os iniciantes (PEREIRA, 2016).

Tem-se então que tais fatores sejam promotores ou permissivos que a costa portuguesa receba o Turismo Surfe, bem como ofertem escolas de surfe para oferta e atendimento da demanda dos iniciantes. Esta oferta vem sendo crescente, e para que possam trabalhar com a proposta devem filiar-se à Associação de Escolas de Surf de Portugal e seguirem as regras, normas e protocolos estabelecidos pela Federação Portuguesa de Surf (FPS) (PEREIRA, 2016).

4 METODOLOGIA

Considerando os objetivos deste trabalho de conclusão de curso, faz-se necessária a apresentação do caminho metodológico de como este se cumpriu – ou seja, segundo por Zanella (2011), apresentar a explicação do modo escolhido para ampliação do conhecimento pretendido, a partir dos procedimentos determinados para tanto.

4.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo configura-se como um relato de experiência (relato de caso) e, portanto, uma pesquisa qualitativa.

Zanella (2011) compreende um relato de caso como um estudo permissivo a aprofundar o conhecimento do caso e, por isso, “têm grande profundidade e pequena amplitude, pois procuram conhecer a realidade de um objeto/grupo/organização” (p.39). Marconi e Lakatos (2017) define um estudo qualitativo como aquele que foca em perspectivas de uma realidade específica que não possa ser quantificada; portanto, busca compreensões e explicações da dinâmica de relações e acontecimentos.

4.2 Objeto relatado

O objeto relatado foram as aulas de surfe voltadas ao turismo e lazer em uma escola de surfe de Albufeira/Portugal.

[...] o surfe tem vindo a desenvolver um papel importante na promoção, desenvolvimento e competitividade de Portugal como destino turístico. Um clima temperado, bastante sol e apesar da água ser fria, as ondas são regulares em toda a costa durante todo o ano [...], o que permite uma oferta diversificada de locais e condições ótimas à prática da modalidade. [...] com o mar como ativo diferenciador, graças à potencialidade da orla costeira, biodiversidade marinha, condições naturais e infraestruturas, a prática de modalidades náuticas como o surf (assumido como um segmento de aposta do turismo náutico), e a consequente exploração do turismo náutico é bem definido como um dos dez produtos para o desenvolvimento do turismo em Portugal apresentados no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), que

conta também com políticas de desenvolvimento para o sol e mar. (PEREIRA, 2016, p.59).

A observação das aulas aconteceu durante o ano de 2022, sendo estas escolhidas por conveniência (independente de condições climáticas, estação do ano, número de alunos ou número de professores/instrutores participantes das aulas), considerado o vínculo empregatício da autora do estudo (e aluna de licenciatura em Educação Física) com a empresa turística que administra e oferta aulas de surfe na localidade. Afirma-se, então, que foram observadas e relatadas (em apêndice) 6 aulas participantes.

4.3 Critérios e instrumentos para coleta de dados

Os dados produzidos tiveram como fontes de critérios e instrumentos: o diário de campo e a observação participante – o que caracteriza o procedimento do estudo

O diário de campo é uma forma de registro escrito para constituição dos dados, que segundo Gil (2022), podem ser: (1) descritivos; (2) interpretativos; (3) mistos. Registra-se que a constituição dos dados utilizou-se de um diário de bordo misto; ou seja, descritivo com momentos interpretativos. Constituiu-se a partir de registros e anotações de dados recolhidos e susceptíveis a serem analisados e interpretados.

Portanto, afirma-se que para a elaboração do diário de campo, o pesquisador recorreu também à observação, que segundo Gerhardt e Silveira (2009), constitui-se em uma técnica que se utiliza dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade; ou seja, em “ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar” (p.74). Ela é permissiva quando o pesquisador já estabelece um contato mais próximo com o objeto de estudo.

Assim, a observação participante se deu através de um estágio realizado pela aluna de licenciatura em Educação Física e autora deste trabalho de conclusão de curso, imerso em toda a pesquisa e em todo o cenário investigativo.

4.4 Critério para a análise dos dados

A experiência e familiaridade do pesquisador com o tema e a pesquisa ocasionaram possíveis e pertinentes interpretações acerca dos dados, não somente

para a sua constituição, mas também para a descrição dos resultados e das análises sobre os achados – sendo então este um dos critérios para a análise dos dados as fichas de aulas observadas (em apêndice) e o Regulamento das Escolas de Surfing da Federação Portuguesa de Surf (em anexo).

4.5 Estruturação dos dados analisados

São analisados (no capítulo que segue) os aspectos/variáveis observados, dividindo-os em: planejamento de aulas, segurança/qualidade de monitoramento, assim como observações gerais.

Esta análise acontece mediante descrição. A descrição contou com uma análise interpretativa (proveniente da observação participante) e dos demais instrumentos já citados anteriormente. Além disso, a discussão foi interpelada com a literatura revisada e o referencial teórico edificado. De acordo com Gil (2017), as pesquisas qualitativas fundamentam-se em perspectivas interpretativas, a partir de embasamentos teóricos realizados como subsídio. Por isso, como recomenda o autor, a pesquisa bibliográfica deve-se utilizar de referências teóricas capazes de fundamentar discussões, enquanto a pesquisa literária ocupa-se de dados já achados e publicados, capazes de confrontar ou acordar com os resultados identificados pelo referido caso em estudo e, por isso, consideram-se como subsídios exploratório-descritivos.

4.6 Aspectos éticos do estudo

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, estes se cumpriram mediante: autorização consentida dos administradores do objeto de estudo (da escola de surfe) e; autorização para uso de resultados e dados documentais. Ou seja, a observação e a análise das aulas observadas foi consentida. Contudo, houve a exigência de que não fossem utilizadas e nem tampouco divulgados: o nome da escola participante (cedente da observação das aulas); a identidade de seus professores/instrutores; a identidade dos alunos que participaram das aulas observadas; imagens (fotografias) ou filmagens das aulas.

Faz-se necessário mencionar que este trabalho de conclusão de curso não possui conflitos de interesses de qualquer ordem – financeira, comercial, política, pessoal ou institucional –, pois não conta com fomentos.

Além disso, em sua estruturação, todas as citações foram devidamente realizadas, bem com as fontes referenciadas ao seu final, não violando os direitos de autoria das bibliografias e literaturas selecionadas.

5 RELATO DO PROTOCOLO DA EXPERIÊNCIA

Apresenta-se aqui um resumo ou protocolo básico adotado para as 6 aulas observadas/documentadas ao longo de dois meses (em apêndice, em formato de fichas).

Registra-se que para cada aula adotou-se a média de 15 a 30 alunos (de, no mínimo, 4 nacionalidades diferentes por aula, de diferentes faixas etárias, predominantemente adultos), 3 ou 4 instrutores, mediante condições variadas de mar, vento e corrente.

Na introdução das aulas utiliza-se aproximadamente, 5 minutos e, neste primeiro momento, ainda na escola e não na beira da praia, entrega-se as pranchas aos alunos e lycras de mesma cor para identificação em água.

Nesse momento, o dono da escola ou professor principal explica brevemente o objetivo da aula: uma experiência introdutória no surfe, tendo foco em que todos alunos saiam da aula sendo capazes de ficar em pé na prancha.

Depois disso, os monitores e professores são apresentados (nome e nacionalidade). Também pergunta-se aos alunos se algum deles já teve qualquer contato com o esporte.

Em caso de muita chuva, ou ondas maiores, explicam-se as condições climáticas para precaução. Entretanto, ressaltando-se o ineditismo de uma aula cancelada por mais variadas que fossem as condições.

Ainda, nesta introdução, promove-se o deslocamento e reconhecimento do local (aproximadamente, 10 minutos). Dando seguimento, todos alunos e professores vão para a beira da praia, onde o espaço em que a aula será realizada é delimitado com duas bandeiras e, entre elas, a aula acontece.

Para a parte inicial, já no local, após colocar todas as pranchas na areia, formando uma meia lua, o primeiro passo da aula é pedir que os alunos entrem no mar para se acostumarem com a água.

Realiza-se então um aquecimento (aproximadamente, 10 minutos). Segue o aquecimento normalmente realizado: corrida, corridas laterais, corrida com movimentos de circundação de ombro (para frente e para trás), corrida com elevação dos joelhos.

Em seguida, os alunos se dispõem em círculo e realizam alongamentos e exercícios de mobilidade de pescoço, ombro, punhos, tornozelos, joelho, e quadril. Sequencialmente, realizam-se *burpees*, introduzindo o aprendizado do *take off*.

Os alunos são instruídos a entrar na água novamente e retornar ao local onde as pranchas estão disponibilizadas em meia lua.

Eventualmente, o instrutor pede que os alunos realizem a prática conhecida no Brasil popularmente como "pegar jacaré", e no mundo todo como *body surfing*. Realiza-se uma explicação e demonstração pelo instrutor e, após isto, os alunos praticam o movimento por volta de 5 a 10 minutos.

Para a parte principal são realizadas instruções de segurança (aproximadamente, 10 minutos), momento este em que são citados aspectos relevantes (normalmente sem uma ordem específica):

- ✓ Explica-se novamente a delimitação da área;
- ✓ Se houver corrente, explica-se que, ao aluno chegar até a bandeira localizada do lado que a corrente está arrastando, ele deve sair da água e carregar a prancha até a outra bandeira, podendo assim, entrar na água novamente com mais facilidade;
- ✓ Explica-se como entrar na água segurando a prancha de maneira correta (sempre com a prancha apontando de frente ao mar, não de lado);
- ✓ Mostra-se com a prancha e evidenciando visualmente que, se carregada da maneira incorreta, a prancha pode virar com as ondas e machucar quem a carrega, ou outros alunos mais perto do *inside*, em relação a ela;
- ✓ Explica-se que os alunos não devem nunca se dispor muito perto lateralmente, pois se uma onda os carregar, ou levar sua prancha, pode atingir o aluno mais perto do *inside*;
- ✓ Explica-se a importância do uso do *leash*;
- ✓ Explica-se o uso de *soft boards*, falando que apesar de soft, podem machucar;

- ✓ Por vez, são citadas as partes da prancha e onde os alunos devem se posicionar;
- ✓ Explica-se que os alunos devem entrar na água com a prancha apontando para o *outside*, depois, onde ainda se encosta o pé no chão (altura da água aproximadamente na cintura), vira-se a prancha em direção ao *inside*, aguarda a onda e, ao vê-la, o aluno deve deitar-se na prancha, remar e realizar os passos explicados mais tarde na aula.

Para o primeiro passo, ou seja, para o mencionado *Take Off* (aproximadamente, 10 minutos), com as pranchas dispostas em meio círculo, o instrutor demonstra-o pedindo que os alunos observem e repitam.

O movimento baseia-se em, deitado de bruços, com as mãos dispostas ao lado do peito, realiza-se uma extensão de braços, elevando o tronco e olhando sempre para frente. O professor, às vezes, também demonstra qual o local exato em que o aluno deve ficar na prancha.

Depois de repetir o movimento na areia, os alunos permanecem 15 ou 20 minutos na água praticando o ato de remar, pegar a onda e realizar este primeiro movimento.

O instrutor explica e demonstra-os o segundo e terceiro passo do *Take Off* (aproximadamente, 10 minutos), que caracterizam-se, respectivamente, pela torção de quadril e colocação do pé traseiro na prancha, posicionando-o no eixo longitudinal da prancha e, finalmente, a elevação total do corpo com a colocação do pé dianteiro na, mesma linha.

Para a posição na prancha, o instrutor mostra e explica a posição ideal de ficar em pé, com pés paralelos, separados na largura dos ombros, joelhos flexionados, cabeça sempre para frente, braços abertos (o da frente abduzido e estendido e o de trás mais junto ao corpo e flexionado). Sugere-se, então, a repetição (de no mínimo, 3 vezes) do movimento completo de levantar ainda na areia, com observação e correção feita pelos instrutores.

Para a parte prática, tem-se o restante da aula, onde os alunos praticam o movimento, por vezes recebendo *feedback* dos instrutores e monitores.

A finalização da aula acontece mediante solicitação de que os alunos lavem as pranchas, devolvam o material e, neste momento, acontece a entrega de código individual para acesso às fotos tiradas durante a aula, funcionando como um momento de registro da experiência realizada.

6 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA RELATADA

A partir de toda a observação participante das aulas práticas observadas e documentadas, bem como mediante a revisão bibliográfico-literária realizada, as análises da experiência acontecem a partir de três momentos, sendo eles: planejamento, segurança, aspectos gerais (outras observações). Portanto, tais análises explanam, com mais clareza, as observações e apontam detalhes relevantes.

Entretanto, antecedendo às análises, pondera-se relevante destacar dois artigos do Capítulo IV do Regulamento de Aulas De Surfe da Federação Portuguesa de Surf – sendo eles os artigos oitavo e nono, respectivamente sobre Condições de prática (técnico-pedagógicas) e as sessões (aula, experiência ou treino) de *surfing*:

Artigo 8º Condições de prática (técnico-pedagógicas)

Para que as sessões tenham qualidade, recomenda-se que a escola de surf tenha:

- a) Plano técnico e pedagógico das atividades, do conhecimento de todos os treinadores e disponível para apresentação sempre que necessário;
- b) Pranchas apropriadas, para cada nível técnico e escalão etário, em bom estado de conservação;
- c) Fatos isotérmicos apropriados para a estatura e peso dos alunos, podendo não ser utilizados, se as condições meteorológicas assim o justificarem;
- d) Um plano de emergência (apresentado no ato do licenciamento), do conhecimento de todos os treinadores, que deve incluir:
 - i. A sinalética de emergência;
 - ii. A sequência de ações a realizar;
 - iii. A responsabilidade de cada treinador ou outros colaboradores envolvidos;
- e) Registo das atividades efetuadas e das ocorrências de emergência (FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SURF, 2023, p.5).

Artigo 9º A estrutura da sessão

Os acontecimentos, durante a sessão, são da responsabilidade do treinador, que a deve conduzir garantindo:

- a) A sessão tem uma introdução, onde são apresentadas aos alunos, as fases da sessão e o objetivo da mesma, as condições de prática e os procedimentos de segurança;
- b) Deve existir como início da prática, um aquecimento, onde se mobiliza o corpo de uma forma geral e específica, preparando o aluno para a prática;
- c) A parte principal da sessão deve ter então início, garantindo-se que:
 - i. Os alunos estão em atividade possuam capacidade física para a aula;
 - ii. Que o local escolhido é adequado para o nível técnico dos alunos;
 - iii. Que as pranchas são adequadas ao nível técnico dos alunos;
 - iv. As condições de segurança são mantidas, considerando o número de praticantes no local, as condições do mar e do material utilizado, e a condição física dos alunos;
- d) A conclusão da sessão é importante para fazer um retorno à calma, verificar se os alunos estão bem fisicamente e para lhes transmitir uma informação relativamente à sua prestação (FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SURF, 2023, p.5).

Registra-se, então, que o positivado nos artigos serviram para as análises das etapas seguintes, sendo elas planejamento, segurança, aspectos gerais (outras observações).

6.1 Planejamento

Para compreendermos as análises realizadas sobre o planejamento, faz-se necessário compreendermos, inicialmente, seus sentidos, encontrando uma definição a partir de um trabalho direcionado às ações pedagógicas para a intervenção do treinador de surfe, a saber:

[...] o planejamento corresponde à fase em que o treinador deve preparar sua intervenção, preponderando pensamentos de idealização e organização de suas ações pedagógicas, sejam elas referentes a uma única sessão/aula ou período, ou então, a uma temporada completa. Além de indicar aspectos comuns a qualquer modalidade esportiva (seleção dos objetivos, conteúdos e estratégias), os formadores mencionaram ações de planejamento relacionadas ao ambiente de prática do surf (praia/mar), aos equipamentos utilizados e aos aprendizes (BRASIL et al., 2016, p.407).

Primeiramente, analiso aqui a situação em que perguntei ao proprietário e professor chefe da escola observada se existia algum plano técnico e pedagógico das atividades realizadas – que o regulamento cita como recomendado e do

conhecimento de todos os treinadores e, ainda, recomenda que esteja disponível para apresentação sempre que necessário

A resposta recebida foi a de que a escola não possuía um plano técnico-pedagógico atualizado. O que existia era um plano desenvolvido durante o curso de Instrutor de Surfe realizado pelo professor chefe e proprietário da escola, porém que não era mais utilizado, haja vista já estar em desuso e desatualizado.

Entendo que não seja obrigatório, como consta no regulamento, sendo somente uma recomendação; mas, de acordo com o que observamos nas aulas de Licenciatura em Educação Física, qualquer escola esportiva, ou instituições dedicadas às aulas escolares necessitam de um plano pedagógico.

Entendo que as aulas de surfe sejam voltadas ao turismo, não necessitando de um planejamento mensal, semestral, ou anual, pois não existem turmas formalizadas e constituídas para um trabalho periódico – normalmente eventual. Portanto, entendo que não acontece, de fato, muita evolução, além de aprendizagem do movimento de levantar na prancha e ser capaz de pegar ondas. Ou seja, inexistente um programa progressivo (e metodológico) permissivo ao processo de evolução no ensino e aprendizagem na modalidade, mesmo que em seu formato de esporte ou somente esporte turismo.

Porém, uma situação observada na Aula 4 foi a presença de um menino de 14 anos que realizou 5 aulas na semana, sendo possível percebê-lo extremamente frustrado ao não notar quase nenhuma evolução nos dias seguintes da sua primeira aula. Isto ocorreu pois, como observei, as aulas possuem exatamente a mesma estrutura (ou seja, o mesmo protocolo) todos os dias, apesar da presença de alunos com certas individualidades. No caso do citado menino, o proprietário e professor chefe da escola já sabia de seu pacote contratado de 5 aulas na semana – ou seja, já sabia que seria um período no qual grandes seriam as possibilidades de desenvolvê-lo por meio de um instrumento metodológico apropriado para o trabalho de habilidades desenvolvidas e competências construídas.

Portanto, um programa específico, capaz de promover um processo de ensino e aprendizagem que viabilizasse seu desenvolvimento foi negligenciado ao aluno pelo professor chefe, justamente pela não adoção de uma prática pedagógica mais apropriada e metodologia especializada para este caso.

Como citado na observação da aula 4 e como este planejamento não foi realizado, o menino (aluno) somente observava o início da aula, repetia o processo

inicial e básico que já havia feito nas aulas anteriores no decorrer da semana e era instruído a ir para a água praticar o que havia aprendido, privando-se de receber *feedbacks*, não aprendendo praticamente nada novo, nem tampouco sendo motivado para tanto. Além disso, percebi que instrutores com menos experiência acabavam ficando encarregados de tal aluno enquanto o professor chefe se ocupava dos demais alunos (então, novatos) do dia – o que não faz sentido, tendo em vista que seriam necessários ensinamentos um pouco mais avançados para ajudar na evolução deste aluno, que já estava fixando o movimento.

Ou seja, a aula para este menino acabou sendo quase a mesma, que resumia-se em alugar uma prancha e receber *feedback*, por vezes até da sua própria família, sem um propósito de educação física-desportiva, mesmo que pela prática do esporte turismo, por parte da escola de surfe. Esta situação exemplifica a necessidade de prestarmos atenção nas individualidades dos alunos, pois, como o aluno já estava bastante familiarizado com o movimento e pronto para evoluir, de acordo com o que estudamos no curso de Educação Física, o instrutor deveria ater-se à sua individualidade e dar o devido *feedback* e motivação neste período de ensino, onde o aluno já compreende a base e passa para um segundo passo.

Nota-se a inexistência de planejamentos mais adequados para casos individualizados.

Outro fator que me chamou atenção acerca da falta de objetivo e planejamento foi a ausência de motivação ou permissividade de conduzir as aulas do time de instrutores, uma vez que as aulas são realizadas da mesma maneira sempre, indiferente às condições climáticas – ou seja, independente da falta de ondas, da presença de corrente, chuva ou vento tão fortes que prejudiquem a aula. Inclusive, alguns destes instrutores colegas relataram já trabalhar com surfe anteriormente e sentirem-se desconfortáveis ao dar aulas onde, claramente, as condições de planejamento e objetivo de desenvolvimento do esporte turismo nas aulas eram, de certo modo, inapropriadas. Justificando este apontamento, cito uma cláusula do Regulamento de Escolas de Surfe:

Artigo 4º – Para funcionar a Escola de Surfing deve cumprir os seguintes requisitos:

[...]

2 - as sessões (aulas, experiências ou treino) só devem decorrer se as condições meteorológicas e de agitação marítima forem favoráveis, para a realização das atividades em segurança, estando

interditas em caso de aviso de mau tempo promulgado, nos termos do Decreto-Lei n.º 283/87, de 25 de julho, ou promulgação pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) de aviso meteorológico que corresponda a situação de risco na agitação marítima (FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SURF, 2023, p.3).

Além disso, percebo que, junto à falta de motivação vem o comodismo de professores ou instrutores ficarem sempre na mesmice das aulas, não se dedicando ao planejamento das mesmas por criatividade motivacional ou lúdica, para metodologicamente envolver os alunos e realmente buscar um aprendizado duradouro. Como estudantes de licenciatura de Educação Física, durante as aulas de mais de uma disciplina, realizamos diversas reflexões sobre como é importante quebrar o padrão e realizar aulas e atividades que tragam prazer e inovação da rotina.

Ainda em relação ao planejamento, descrevo uma situação que me deixou bastante apreensiva em relação à falta de atenção voltada para aquelas crianças que, além de dizer respeito à segurança, e mais pontualmente à falta de atividades voltadas ao lúdico. Precisamos pontuar que em algumas das aulas observadas, estavam presentes alunos de 5 a 10 anos – período no qual o imaginário infantil está aguçado e a ludicidade deve permear todo e qualquer processo de desenvolvimento e ensino e aprendizagem.

Esta constatação distancia-se do que registra Bigolin (2019) em seu trabalho de pesquisa sobre o surfe e suas possibilidades de ensino, destacando que as escolas de surfe precisam fortalecer, em suas práticas, metodologias de ensino que privilegiem o lúdico, reconhecendo este enquanto um eficiente instrumento para educar crianças, em todos os aspectos cognitivos e físico-motores. Além disso, segundo o autor, a ludicidade permeia o imaginário infantil da criança, transportando-a para seu mundo particular, onde as atividades desmobilizadas podem ser associadas à tal realidade e promover segurança.

Como exemplo do apontamento, traz-se a realização do protocolo de aquecimento já descrito anteriormente: os alunos se dispõem em círculo e realizam alongamentos e exercícios de mobilidade de pescoço, ombro, punhos, tornozelos, joelho, e quadril. De modo simples e mecânico, o professor realiza e os alunos repetem, sem nenhuma atenção ou *feedback* sobre posições, nem tampouco sendo o processo permeado de motivação lúdica ou aguçamento do imaginário infantil.

Quantas formas não existem de realizar este aquecimento de maneira criativa e envolvente para crianças pequenas? Esta é uma constante inquietude que movimenta a todos que ensinam surfe para crianças – saber quais as melhores e ideais formas de se fazer o que se propõem a ser feito.

Na licenciatura de Educação Física muitos são os ensinamentos e atividades que nos direcionam para esta prática. Além disso, tem-se como recursos a literatura atualizada, vídeos educacionais e *websites* especializados – o que nos faz questionar se, seria muito difícil separar estas crianças dos adultos e realizar uma atividade à parte, mais especializada e criativa? Acredito que não. Porém, com a falta de planejamento, acabo por compreender, sem concordar, com a situação.

Por vezes, fui escalada para realizar o aquecimento e a explicação da parte inicial da aula junto às crianças, porém nas aulas em que observei e não estava trabalhando, elas eram deixadas de lado, ou até na minha presença, se fosse somente uma ou duas. Entendo a falta de instrutores qualificados (iremos entrar neste quesito logo), mas sim, com um bom planejamento e devida instrução, a qualidade das aulas e motivação dos alunos, assim como os resultados, poderiam ser significativamente melhores.

Apesar das situações citadas, preciso concordar que alguns fatores da organização são realmente realizados de acordo com o instruído pelo Regulamento da Federação Portuguesa de Surf (2023) e de acordo com o estudado no curso de licenciatura de Educação Física, como por exemplo: realização da introdução; realização de um aquecimento adequado (apesar de repetitivo); movimentos de alongamento e mobilidade; explicações de segurança e dos movimentos, com demonstração verbal e visual dos mesmos; prática de repetições; momentos de *feedback* (apesar de serem estes momentos reduzidos, acreditando ocorrer pela falta de motivação dos instrutores, como citado anteriormente); ajuda e acompanhamento dos instrutores por boa parte da aula.

Para finalizar a reflexão e análise acerca do planejamento e estrutura das aulas, notou-se a inexistência do momento de fechamento das aulas, mediante uma conversa ou uma reflexão sobre o que foi aprendido. Ou seja, a inexistência de um momento de avaliação e autoavaliação, imprescindíveis para proposta de processos que envolvam ensino e aprendizagem ou atividades com desenvolvimento de habilidades propostas.

No próprio regulamento tem-se, em seu artigo 9º que, “[...] na conclusão da sessão é importante para fazer um retorno à calma, verificar se os alunos estão bem fisicamente e para lhes transmitir uma informação relativamente à sua prestação” (FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SURF, 2023, p.5).

Acredito que, neste momento de fechamento, além da promoção de uma avaliação ou auto avaliação, poderiam ser explicados ou apresentados possíveis aprendizados futuros importantes para a prática do surfe. Um exemplo prático para este momento seria a explicação e esclarecimento de termos comumente utilizados durante as aulas. Sempre que pegamos ondas que chamamos de *white water* é porque as ondas já quebraram; mas, no futuro, para realmente surfar as ondas, passa-se a analisar mais o mar e ser capaz de pegar ondas na *green ou unbroken water*, sendo estas as ondas que ainda não quebraram. Estas são mais longas e mais propensas à realização do *Take Off*; porém, mais difíceis de entrar, pois precisa-se dominar o movimento da remada e dominar, também, a observação do mar e posicionamento no mar.

Esta exemplificação que cito teria sido de extrema importância para a motivação do menino de 14 anos citado na aula 4 (aquele que contratou 5 aulas seguidas, durante os dias à semana), pois desta forma ele teria uma previsão de aprendizado, focaria na informação recebida nas próximas aulas e até, quem sabe, buscaria mais informações para aprender e evoluir.

A falta da finalização (ou fechamento) de uma aula pode transparecer ao aluno que a prática acaba sendo realmente turística, não sendo associada à experiência de desenvolvimento do esporte turismo, nem tampouco a motivação para a adesão desta criança à prática da atividade, futuramente, em caráter mais esportivo.

A estratégia da finalização pode ser utilizada como uma forma de avaliar, especificamente a aplicação da avaliação em sua modalidade formativa – que segundo Oliveira, Mota e Sousa (2022), tem enquanto função pedagógica a instrução do aluno naquilo que ele precisa aprender, sendo um processo contínuo e que se dá mediante participação ativa e reflexiva. Esta proposta avaliativa auxilia o aluno na compreensão e percepção de seu desenvolvimento e de seus avanços, regulando sua aprendizagem a partir de competências desejáveis e aprimoramento das habilidades elencadas e propostas para qualquer projeto de aprendizagem.

Estudamos na licenciatura de Educação Física a relevância da proposição de reflexões ao final das atividades realizadas, que seja por conversa, discussão, análise ou realização de perguntas, não deixando de ser este um momento necessário para a fixação dos conteúdos propostos e desenvolvidos e, para o caso em especial, uma condição de impedimento de que aqueles alunos que participassem das aulas se isentassem deste momento reflexivo que poder-se-ia tornar-se motivador para retornar às novas aulas e promover desenvolvimentos significativos e gradativos.

Brasil et al. (2016) trouxeram mapas mentais acerca das ações pedagógicas para a intervenção do treinador de surfe, especificamente sobre a necessidade do planejamento, destaca-se um protocolo na Figura 1.

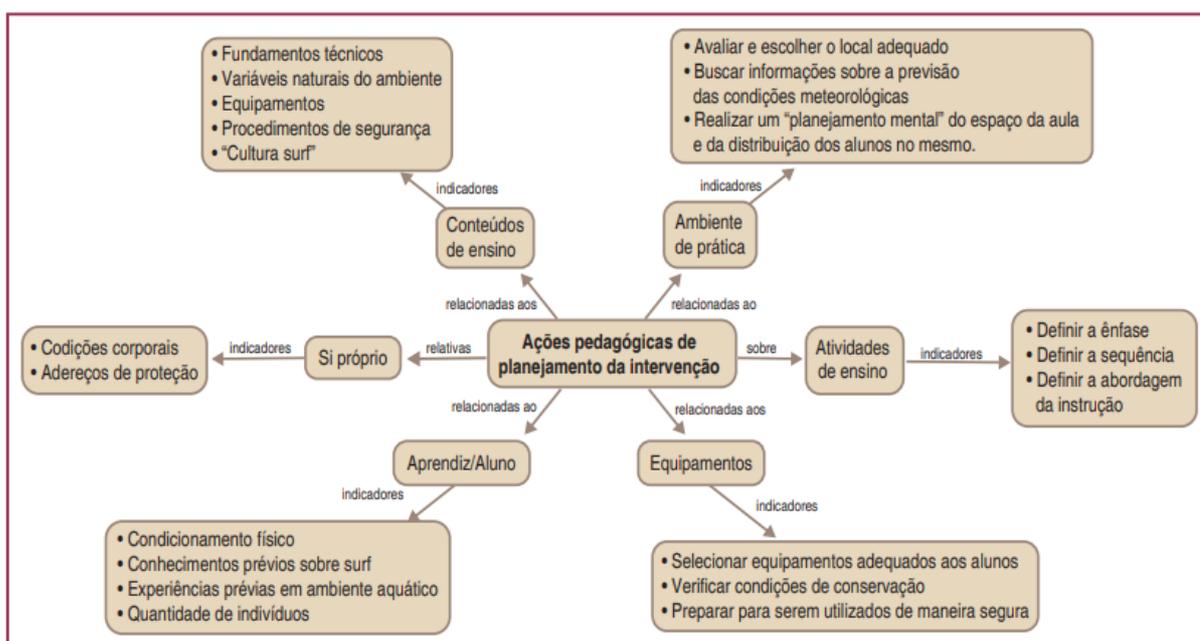


Figura 1 – Mapa mental: ações pedagógicas de planejamento
 Fonte: Brasil et al. (2016, p.407)

Bigolin (2019) corrobora com a ponderação de Brasil et al. (2016) e acrescenta ao afirmar que o planejamento seja relevante para a prática pedagógica nas aulas de surfe para crianças, estendendo-se aos cuidados para os equipamentos, instrução e segurança.

6.2 Segurança

Um fator muito importante, para a devida segurança em aulas de qualquer esporte realizado no mar, diz respeito à qualificação de instrutores. No próprio regulamento, tem-se a seguinte exigência de que:

Artigo 4º – Para funcionar, a Escola de Surfing deve cumprir os seguintes requisitos:

1 - Identificar os treinadores que exercem atividade, certificados com TPTD/ IPDJ, no mínimo de Grau I, e inscritos na FPS (em lista entregue no ato de licenciamento, atualizada sempre que necessário) (FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SURF, 2023, p.3).

Desta forma, observou-se durante as aulas que a referida escola não tinha em seu corpo de instrutores, uma uniformidade deles devidamente certificados ou inscritos na Federação Portuguesa de Surf e, por vezes, nem praticava o surfe regularmente.

A noção de segurança dada a instrutores formados e qualificados nem se compara com a de instrutores que possuem básica noção do surfe e do mar. Apesar de que a presença de um instrutor qualificado era sempre garantida, sabemos que um descuido no mar pode gerar acidentes por vezes irreversíveis, além de traumas e experiências nada agradáveis. Portanto, a qualificação de todos professores presentes na aula deveria ser fiscalizada e exigida. Além disso, acredito que para além da qualificação em relação à filiação, outro requisito que poderia colaborar com a qualidade das aulas de surfe seria o fato de que os professores/instrutores fossem graduados em Educação Física, quer seja em sua modalidade de licenciatura ou bacharelado.

[...] no Brasil, na maioria absoluta das escolas de surfe os responsáveis são formados em Educação Física, o que pode demonstrar uma tendência à valorização da formação acadêmica na área esportiva. Porém, um número elevado de instrutores, aqueles que ministram as aulas e os treinamentos, não são formados em Educação Física, isso pode indicar que existem poucos profissionais do surfe graduados em Educação Física ou que a contratação de mão-de-obra não especializada se torna mais viável no presente mercado das escolas de surfe (BIGOLIN, 2019, p.30).

A respeito das condições climáticas, diz o regulamento que estas devem ser levadas em consideração para a realização das aulas (FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SURF, 2023). Entretanto, monitorei algumas aulas em nitidamente dias inadequados para o surfe, com o mar dotado de ondas fortes e com quebras rápidas, sendo estas perigosas até para surfistas experientes.

Brasil et al. (2016) condenam negligências de professores ou instrutores (chamados por eles de treinadores) acerca das condições climáticas para a prática das aulas de surfe.

[...] o treinador deve estar atento [...] às condições de variação de maré, direção de corrente, o formato do fundo [...] identificar um ambiente seguro; ou seja, realizar a interpretação do ambiente de prática que, na linguagem habitual do surf, é concebida como leitura do mar. Essa leitura corresponde à compreensão que o treinador deve possuir acerca das condições do mar em um determinado instante, a fim de saber [...] como essas variáveis estão influenciando ou vão influenciar a condição do mar nas próximas horas ou minutos (BRASIL et al., 2016, p.407).

Apesar de ficarmos na beira mar (onde o perigo não é tanto), nestas aulas em condições climáticas inadequadas para a prática, encontravam-se crianças com idade de 6 a 10 anos, caracterizando-se em sujeitos incapacitados ou vulneráveis ao combate da corrente da água para voltar ao mar após a onda – o que demandou redobrada atenção de um dos instrutores (no caso eu).

Na necessidade de levar os alunos de uma forma mais segura para a atividade, optei por realizá-la individualmente, levando aluno por aluno para a prática, enquanto os demais aguardavam na areia em segurança.

O que me chama atenção nesta situação foi que, neste caso, somente eu me propus a seguir regras de dar atenção às crianças e tive total liberdade, sem nenhuma fiscalização de profissional com formação no surfe. Ou seja, mesmo não possuindo habilitação de instrutora e sem experiências com crianças, utilizei-me do bom-senso para promoção da segurança, prevenção de acidentes e situações de risco que possivelmente pudessem causar traumas às crianças.

Reforça-se então, aqui, as concepções de Brasil et al. (2016) sobre a demanda, por parte dos instrutores, sobre observar o mar e o local no qual as aulas serão realizadas. Consideram esta a primeira tarefa relacionada ao ofício de ensinar surfe, destacando que:

[...] o treinador deve estar sempre observando o mar, observando o lugar onde vai trabalhar! Então, a preparação antes da aula, em primeira instância, é sobre o local que ele vai trabalhar [...] tem que dar aquela olhada geral para ver qual é o melhor ambiente para o aprendiz [...] o melhor lugar para ele ter mais segurança (BRASIL et al., 2016, p.407).

Em uma das aulas observadas, a localização de sua realização foi até trocada para a melhores condições e segurança; contudo, mesmo assim sem muito êxito, tendo em vista que uma das alunas não conseguiu realizar a prática e desistiu por medo e cansaço, haja vista o tamanho das ondas e a intensidade de força.

Ainda sobre a segurança, concordo que a explicação dada no início das aulas às crianças a respeito da segurança sempre é dada. Acredito que a forma com que sejam passados os conteúdos necessários ao tema é bastante objetiva e completa, contando com a evidência de informações realmente importantes para a segurança nas aulas. Avalio a forma de comunicação destas informações em prol da segurança bastante efetiva.

6.3 Outros aspectos

Além da análise do planejamento e segurança, não posso deixar de citar outros aspectos observados que, perante análise, me geraram reflexões e questionamentos a respeito da aula. Assim neste tópico, analisarei e comentarei diferentes situações que julgo relevantes.

Entretanto, acredito ser necessário trazer aqui, neste momento, uma ponderação completa de Bigolin (2019), que engloba ações de segurança, de planejamento e pedagógicas necessárias para o trabalho com o ensino de surfe em escolas especializadas, estendendo-se para acolhimento da coletividade, não distanciando-se da inclusão e atendimento a partir de individualidades eventuais.

[...] acredita-se que como se trata de um esporte com risco, faz-se necessário uma abordagem pedagógica. A fim de minimizar os mesmos. Aí já aparece a necessidade de respeito, pois, no mar, se não o tiver, poderá ser cobrado um preço alto. Assim, torna-se até mesmo imperativo. Ademais, o aprendizado programado pode facilitar o desempenho de muitos fundamentos, oferecendo verdadeiros atalhos que impulsionem o aluno a um grau mais

elevado. Várias são as relações de conteúdos importantes. Possibilitando apoio para todas as fases de desenvolvimento: inicial, intermediário e avançado. Acredita-se que qualquer que for o estágio do aluno haverá formas de aperfeiçoamento. Objetivando compor atividades lúdicas e de estafetas, fazendo com que se aprenda brincando até mesmo sem perceber o quanto se desenvolveu. Inclusive preparando para competições. E, não distanciando-se de ações de inclusão quando necessárias, adaptando as propostas às demandas individualizadas (BIGOLIN, 2019, p.35).

Primeiramente, em uma das aulas que contava com a presença de um aluno surdo, percebi que nunca tinha pensado em como seria diferente dar uma aula de surfe para alunos com deficiências auditivas ou visuais, situação que é estudada no curso de licenciatura de Educação Física e mencionada nos mais variados esportes, nos instigando, como futuros profissionais, e explicando a importância de estarmos sempre preparados para tais situações, sabendo como agir e meios de levar a aula da maneira mais adequada e natural ao aluno.

Portanto, estamos cientes da necessidade de metodologias apropriadas e mais adequadas para estas ocasiões, embora nem sempre esperamos pela efetivação da realização dessas alternativas. Há a necessidade de estarmos preparados com planejamentos e práticas pedagógicas de inclusão, para que o trabalho se cumpra na individualidade, sem distanciar o aluno do grupo e do aprendizado.

Contudo, na prática, o que me deixou mais preocupada foi a dificuldade de comunicação com o aluno naquele momento, pois, apesar de ter aprendido o básico da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), não me recordava de muita coisa. Além disso, esta dificuldade se potencializou, pois a comunicação junto ao aluno deveria acontecer em inglês. Foi um momento de muita dificuldade, tornando-se agravante a necessidade de demonstrações de posições na água que poder-se-iam ser realizadas verbalmente – como por exemplo, flexione os joelhos, mantenha-se olhando para cima, dentre outros. Ou seja, a instrução verbal que seria de grande necessidade, deve encontrar subsídios para que se efetive em casos semelhantes, e nem todos os instrutores estão preparados para a adversidade.

[...] a instrução verbal é relevante à demonstração referentes aos comportamentos que o treinador deve emitir para fornecer informações acerca dos conteúdos e do desempenho esportivo do aprendiz, bem como elevar e manter a motivação e estabelecer uma

comunicação clara e eficiente com o praticante. [...] a instrução do treinador deve mostrar o que ele vai aprender, ajudar a escolher boas ondas, dar um *feedback* da onda que ele pegou, tentar corrigir os erros, ensinar o posicionamento deles [...], além de [...] motivar o aluno, principalmente, nos momentos que ele encontra dificuldade em realizar as atividades propostas, mantendo viva a esperança dele alcançar o sucesso nas atividades. [...] salienta-se a importância da instrução do treinador para garantir a segurança do aprendiz, conforme afirma (BRASIL et al., 2016, p.408).

Além disso, a questão da segurança também pode ser prejudicada em ocasiões como esta. O que amenizou a situação do aluno, particularmente, foi a condição de ter um intérprete particular. Caso contrário, provavelmente iria, ao término da aula, desconhecer diversas situações e detalhes, tendo em vista que absorveria somente o que foi passado visualmente.

[...] antes de iniciar cada aula, é necessário que o instrutor atenha-se às fichas de matrícula/inscrição, observando a identificação das características do praticante (físicas, cognitivas, afetivas, culturais...) para que possa elaborar o perfil ou a abordagem de sua intervenção, atendendo às necessidades e expectativas do aprendiz. [...] ele deve descobrir realmente o que tem ali, naquele ser ali, para poder montar um treinamento que vá dar certo com ele [...] e também no sentido de identificar situações que podem trazer um risco para ele mesmo (BRASIL et al., 2016, p.408).

Outra situação foi a questão do medo, apresentado por algumas crianças e, até, adultos. O esporte requer certo controle de sentimentos, pois muitas vezes encontramos alunos inseguros e cujo medo acaba interferindo na realização de movimentos. A partir disso, acredito que os professores e monitores deveriam ser instruídos a saber como agir nessas situações, para motivar e trazer segurança aos alunos com maior bloqueio e dificuldade.

Quando alunos com tais características não são tratados de maneira adequada, sendo largados sozinhos ou forçados, pode gerar além do medo, muita frustração e, inclusive, traumas.

Acredito que uma boa solução para diminuir as chances de traumas e aumentar a segurança e a motivação dos alunos seria a distribuição de um número menor de alunos por professor, tornando mais propenso ao aumento de atenção, cuidados, promoção de segurança, constante *feedback*, com o objetivo de demonstrar mais cuidado e atenção aos alunos, gerando confiança – e, todo este conjunto, vindo ocasionar e resultar em melhores objetivos e maior evolução. Ou

seja, o número de alunos reduzidos por turmas e distribuídos entre os professores/instrutores, viabiliza uma prática pedagógica mais apropriada, exitosa e efetiva, como em diversos outros esportes individuais.

Brasil et al. (2016) trouxeram mapas mentais acerca das ações pedagógicas para a intervenção (ações na aula) do instrutor de surfe, como na Figura 2.

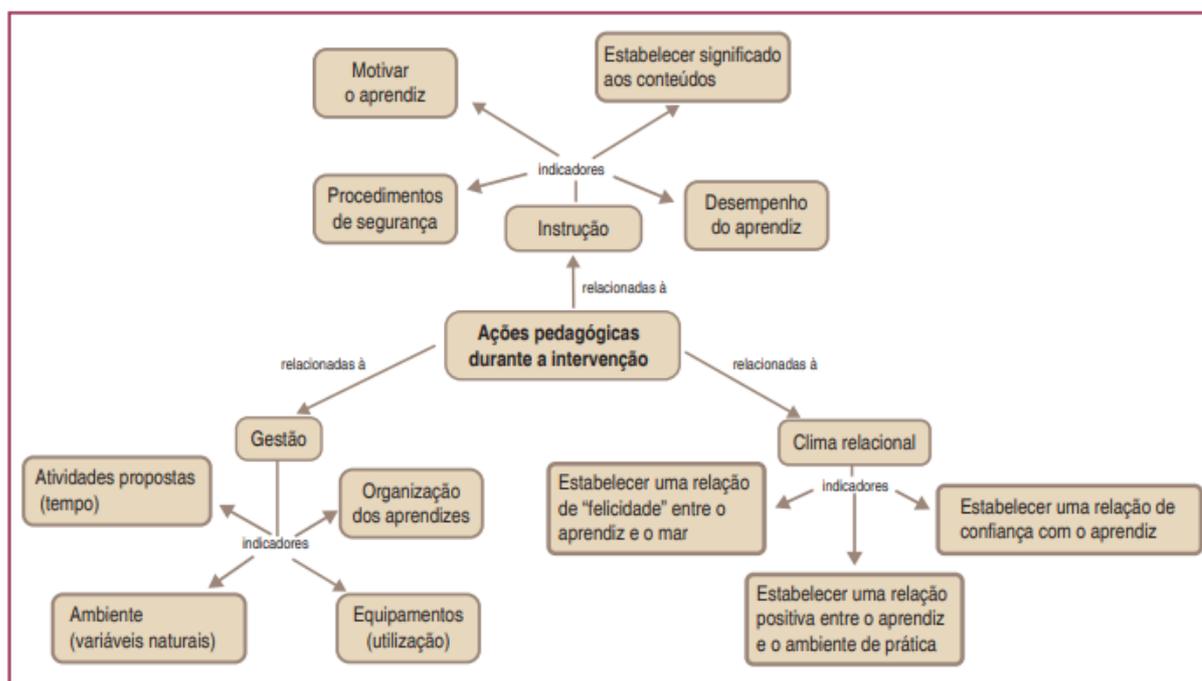


Figura 2 – Mapa mental: ações pedagógicas durante a aula (intervenção)
Fonte: Brasil et al. (2016, p.408)

Ainda, de acordo com Brasil et al. (2016), as ações pedagógicas durante as aulas – o que ele denomina de intervenções na aprendizagem – relacionam-se a todas as situações esperadas e inesperadas envolvidas no processo, sendo necessário que vínculos sejam estabelecidos entre as partes (instrutores e crianças), além de estarem orientadas para propostas e para o ambiente, sempre observando instrumentos, condições climáticas e equipamentos necessários e adequados.

Um exemplo desta situação destacada ocorreu enquanto eu monitorava uma aula e, durante a distribuição de pranchas, logo no início da atividade, foi entregue uma prancha demasiada pequena para o tamanho de uma das alunas. Ou seja, durante toda a aula, a aluna teve muita dificuldade com a realização das atividades, não sendo capaz de realizar o movimento correto de levantar uma única vez.

Portanto, ao perceber o tamanho da prancha, optei por trocar com a de outro colega que já estava mais confortável na água e era menor, consideravelmente, adaptando-se. Nesta ação de trocar a prancha pequena por uma maior e adequada para o seu peso e tamanho, a aluna finalmente conseguiu encontrar o seu equilíbrio e realizar a aula muito mais facilmente.

[...] a escolha correta dos equipamentos, sobretudo a prancha, implicará o favorecimento de experiências positivas, ao minimizar riscos de desconforto, insegurança e fracasso durante a prática. De fato, o instrutor [...] tem que saber que a prancha, quanto mais área ela tiver, mais ela vai flutuar, quanto mais ela flutuar, mais fácil é para o aprendiz ficar de pé” (BRASIL, et al., 2016, p.407).

Desta forma, acredito que não somente a correta prática pedagógica deva ser observada pelos professores durante as aulas, mas também serem promovidas avaliações formativas no decorrer da atividade, sendo este momento de mediar o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, prestando devida atenção às suas dificuldades, assim como a tudo que interfere no processo e impede o objetivo final que seria desenvolver-se no esporte do surfe. As condições de aprendizagem fornecidas pelos professores, quando propícias ou inadequadas, são fatores determinantes para as formas de desenvolvimento e a efetividade (ou não) do propósito.

Brasil et al. (2016), em seus mapas mentais, acerca das ações pedagógicas para a intervenção do treinador de surfe, destacaram ações para após as intervenções – ou seja, ações para após a aula, entendendo-se estas para a relevância das avaliações e autoavaliações, conforme Figura 3.

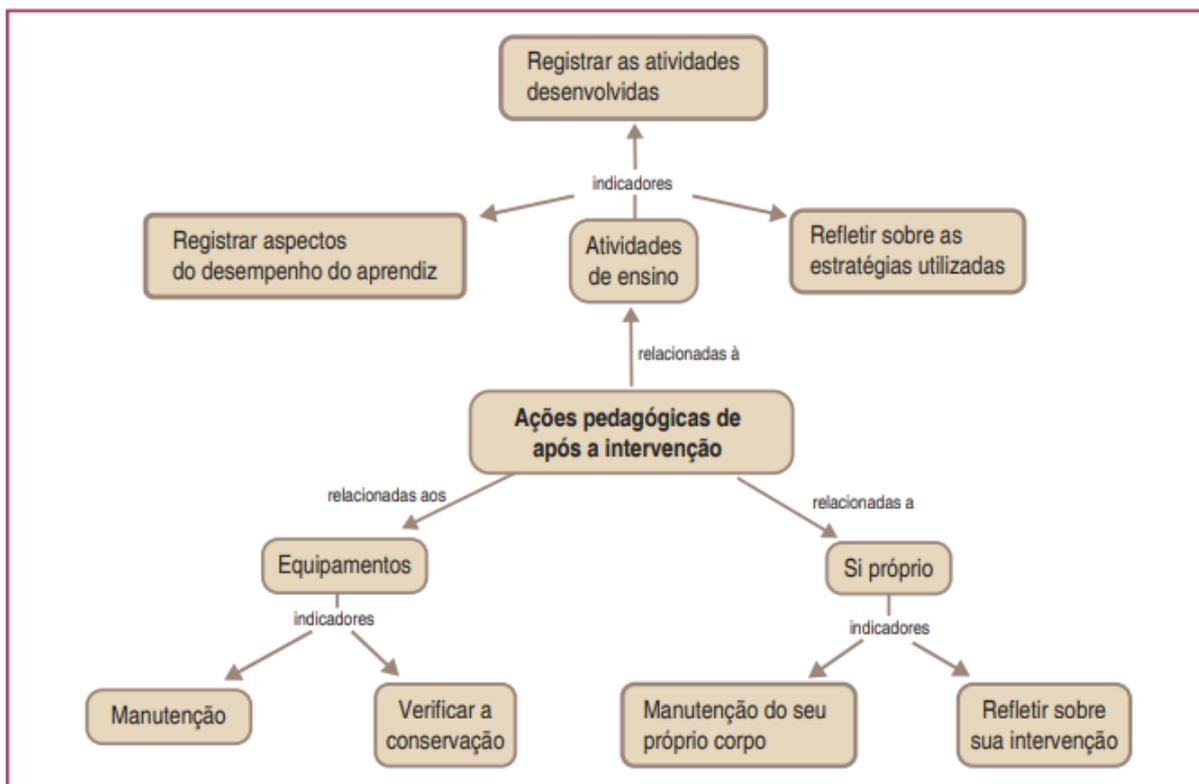


Figura 3 – Mapa mental: ações pedagógicas após intervenções (avaliação)
 Fonte: Brasil et al. (2016, p.409)

E, por último, uma situação certamente desconfortável para instrutores e alunos, foi a realização das aulas com a condição de ondas extremamente pequenas. Com certeza, neste momento a segurança é garantida; porém, a frustração é evidente por parte das crianças participantes, pois a aula acaba sendo extremamente monótona e fácil demais. Neste quesito fica nítido que o enfoque da escola não é o aprendizado (a sua proposta pedagógica) e sim, somente o lucro, assumindo a condição de mera empresa, que visa um processo produtivo acima de tudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao todo abordado, pode-se afirmar que todos os seus objetivos foram cumpridos, haja vista a possibilidade em trazer, por meio deste trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Educação Física, um relato de experiências de aulas de surfe voltadas ao turismo e lazer em Albufeira/Portugal.

O referencial teórico estruturado serviu para compreender o surf como esporte e como esporte turismo, compreendendo-o como atividade propensa para desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem de crianças e adultos. Além disso, uma revisão realizada sobre práticas pedagógicas para a licenciatura de Educação Física subsidiou a discussão das análises do relato de experiência.

Em relação à observação acerca das aulas estarem ministradas de acordo com o Regulamento de Escolas de Surfe, disponibilizado pela Federação Portuguesa de Surfe, tendo em vista que as aulas observadas ocorreram em Albufeira/Portugal, constatou-se que nem todas as práticas se ativeram ao positivado regulamentarmente, principalmente em relação à segurança de realização das aulas no que tange às condições climáticas nem sempre observadas, ou mal julgadas, e, ainda, a existência de professores/monitores sem devida filiação à referida federação.

Em relação à análise das aulas de surfe voltadas ao turismo e lazer em Albufeira/Portugal, compreende-se que o protocolo adequado e descrito compreendem discriminações de planejamento de aulas, objetivos das aulas, segurança e qualidade de monitoramento, assim como nas observações gerais.

Em relação às reflexões acerca dos aspectos planejamento, segurança e outros, por meio de conexões empíricas (experiências com a observação participante nas aulas) e discussões bibliográfica-literárias (a partir de revisões entre a bibliografia e a literatura revisadas), pode-se constatar que muitos requisitos relacionados aos determinados aspectos foram observados como não muito exitosos.

Percebeu-se um planejamento falho em relação às práticas pedagógicas adequadas, dotadas metodologias mais propícias para a idade das crianças presentes, percebendo a ausência de motivação ou formação dos professores, de ludicidade e não consideração da fase do imaginário infantil.

Outra questão observada foi a falta de adequação no preparo/certificação dos professores/instrutores para as aulas, contrariando as exigências requeridas pelo regulamento de surfe de Portugal. Além disso, as condições climáticas foram ignoradas durante a realização de algumas aulas, comprometendo a segurança de todos os envolvidos.

E, ainda, outros fatores observados foram a falta de consideração e preparo destes profissionais para lidar com as individualidades de alguns alunos – como foi o

caso da falta de preparo e metodologia apropriada para instruir um aluno surdo e estratégias para lidar com o medo e prevenção de traumas das crianças.

Entretanto, toda a experiência relatada vem me servir para compreender o que devo (ou não) fazer, em um futuro breve, como licenciada em Educação Física. Portanto, este relato de experiência, ocorrido por meio de um estágio, vem evidenciar que muitas são as disciplinas envolvidas para a formação profissional. Essas disciplinas são o alicerce, a base na formação acadêmica, preparando e moldando o universitário para o mercado de trabalho. Contudo, a experiência (a prática, o funcionamento de como trabalhar) proporcionada pelo estágio se faz única, não somente para o ingresso no mercado de trabalho futuro, mas para o correto preparo para este.

A perspectiva do mercado de licenciatura em Educação Física é que o profissional da área chegue (às escolas ou campos afins de atuação) preparado, não só com o embasamento teórico, mas, com partes práticas/técnicas no desenvolvimento de suas ideias e atividades para aplicação de metodologias de ensino e aprendizagem. Entretanto, não basta somente o conhecimento adquirido em teorias do curso. É preciso colocar em prática aquilo que se aprendeu em sala de aula e nas teorias. Esta oportunidade de monitorar aulas de surfe em Portugal veio como a oportunidade de se colocar em prática tudo que se aprendeu teoricamente, e descobrindo como é o ofício na área escolhida. Além do conhecimento técnico, a experiência serve como um aprendizado.

Conclui-se que este tenha sido efetivo, proveitoso e formativo. As aulas de surfe representaram uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento de competências e habilidades adquiridas durante o curso de licenciatura em Educação Física, sendo esta prática turismo esportiva em meio aquático ao ar livre permissiva a um relato completo e uma experiência diferenciada, analisada detalhadamente. O surfe é um esporte que se realiza em ambiente natural e, por isso, experiência diferenciada a ser adquirida para o currículo da Educação Física, provado como exitoso e efetivo quando adequadamente planejado, garantindo a segurança devida, aplicando metodologias apropriadas e práticas pedagógicas assertivas – sendo este um modo de promoção de desenvolvimento individualizado, coletivo (em grupo), físico, emocional e psicológico para crianças e adultos, garantido por meio de profissionais e monitores regulamentados e preparados.

Acredito que o atual trabalho traga informações importantes acerca de como muitas escolas podem estar lecionando o surfe em Portugal e em outros lugares do mundo, mostrando que, apesar de fundamentos teóricos na literatura, regulamento específico e formação exigida, muitos quesitos básicos acabam sendo deixados de lado.

8 REFERÊNCIAS

COSTA, V. I. M. **Esporte de aventura e risco na montanha**: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

BASTOS, K. A. P.; PEREIRA, K. C. **Surfe da prática corporal ao esporte**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.

BIGOLIN, F. S. **O surfe e suas possibilidades de ensino**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

BRASIL, V. Z.; RAMOS, V.; SOUZA, J. R.; BARROS, T. E. S.; NASCIMENTO, J. V. As ações pedagógicas para a intervenção do treinador de surf. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 403-416, abr./jun. de 2016.

CAPORAL, J. G.; VIERA, E. V. Surfe como potencial produto turístico em surf cities: um estudo de caso na cidade de Garopaba/SC. **Revista Científica Digital**, v.3, n.12, p.103-120, dez. 2019.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SURF. **Regulamento das escolas de surfing**. 2023. Disponível em: <https://www.surfingportugal.com/wp-content/uploads/2023/01/Regulamento-Escolas-de-Surf-.pdf>. Acesso em: 28 ago.2023.

FERREIRA, F. F. M. P. **A onda da transformação**: Surf, Turismo e Tradição na Nazaré. Projeto de Mestrado (Antropologia Especialização em Culturas Visuais) –Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2021.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LEAL, A. P. S.; CIPRIANO, F. **Portugal Surf Guide**. Lisboa, Portugal: Uzina Books, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MATOS, Z. Contributos para a compreensão da pedagogia do desporto. *In*: TANI, G.; BENTO, J.O.; PETERSEN, R. D. (Org.). **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MOREIRA, M. **Surf: Da Ciência à Prática**. Cruz Quebrada: Editora FMH, 2009.

OLIVEIRA, R. G.; MOTA, A. A.; SOUSA, J. A. Avaliação educacional - uma breve análise das modalidades: diagnóstica, formativa e somativa. **Cadernos da Pedagogia**, v. 16, n. 34, p. 21-28, 2022.

PAKMAN, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **Anais... XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, v. 24, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PICONEZ, S. C. (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

PEREIRA, P. J. G. **Turismo de surf: Estudo exploratório do perfil e motivações dos consumidores da modalidade em escolas de surf no litoral Alentejano**. Dissertação (Mestrado em Direção e Gestão Desportiva) – Universidade de Évora. Évora, 2016.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Motriz**, Rio Claro, v.15, n.3, p.600-610, jul./set. 2009.

SANTANA, W. C. Pedagogia do esporte na infância e complexidade. *In*: PAES, R. R.; BALBINO, H. F. **Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SANTANA, W. C.; REIS, H. H. B. A pedagogia do esporte e o desafio de educar para a autonomia. *In*: Moreira, E. C. (Org.). **Educação física escolar: desafios e propostas**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

SILVA, B.; CRUZ, G.; BENTES, R.; LIMA, R. F. A prática de surfe no currículo de educação física e os impactos na qualidade de vida dos estudantes. **J. Phys. Educ.**, v.33, n.1, 2022.

URANO, D. G. Contribuições de Leiper, Wahab e Cuervo para a abordagem sistêmica do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/6724>. Acesso em: 29 ago. 2023.

WAHAB, S. E. A. **Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional – teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 1988.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

APÊNDICE – FICHAS DE OBSERVAÇÃO DAS AULAS

Observação 1: Aula dia 14 de maio de 2023

→ Previsão de 23 alunos, 5 delas crianças, 3 instrutores. Todos presentes no início da aula.

- ✓ Entrega-se as pranchas e licras de mesma cor para identificar o grupo, em frente à escola, explicamos como irá funcionar, caminhamos juntos até a praia e colocamos as pranchas em um meio círculo no chão (15 minutos);
- ✓ Delimita-se o local na praia com duas bandeiras pretas para os alunos saberem onde ficar no mar;
- ✓ Alunos são instruídos a entrar no mar para se acostumar com a água;
- ✓ Realiza-se um aquecimento de 15 minutos;
- ✓ Explicação da prática de *bodyboard*, com demonstração em água pelo instrutor;
- ✓ Prática do *bodyboard* por 10 minutos, para os alunos se acostumarem com as ondas;
- ✓ 10 minutos de explicação de segurança e noções básicas de surfe (como citado no exemplo acima também). Como os alunos mencionaram ter experiência com o surfe, foi pedido que eles tentassem realizar o *take off* na areia, depois explica-se o passo a passo para corrigir e fixar o movimento;
- ✓ Restante da aula: praticar tudo aprendido na aula focado em conseguir pegar uma onda e ficar em pé. Professores dentro da água ajudam os alunos a entrarem nas ondas e corrigem erros pontuais na prática.

Observação 2: Aula dia 20 de maio de 2023

→ Previsão de 17 alunos, 3 instrutores (porém, inicia-se a aula com somente 11 alunos, pois alguns estavam atrasados).

- ✓ Entrega-se as pranchas e licras de mesma cor para identificar o grupo, em frente à escola, explicamos como irá funcionar, caminhamos juntos até a praia e colocamos as pranchas em um meio círculo no chão (15 minutos);
- ✓ Delimita-se o local na praia com duas bandeiras pretas para os alunos saberem onde ficar no mar;
- ✓ Inicia-se a aula com uma explicação de 5 minutos, com aspectos gerais da aula, realizando uma apresentação breve (nome dos professores, onde a aula será realizada). Neste momento pergunta-se se algum aluno possuía experiência no esporte e 3 alunos canadenses disseram que já haviam surfado uma vez há anos na Espanha;
- ✓ Pede-se que os alunos entrem na água para se acostumar, durante 5 minutos. Neste momento o restante dos alunos que estavam atrasados chegam e vão rapidamente para a água;
- ✓ Realiza-se o aquecimento de 15 minutos. Neste momento o restante dos alunos que estavam atrasados chegam e juntam-se ao aquecimento. Neste dia realizou-se além do aquecimento citado, movimentos de yoga e respiração;
- ✓ Alunos são instruídos a entrar na água novamente (5 minutos);
- ✓ 10 minutos de explicação de segurança e noções básicas de surfe (como citado no exemplo acima também);
- ✓ 10 minutos de explicação/ demonstração do primeiro movimento (explicado no resumo acima) e repetição em terra;
- ✓ 5 minutos para os alunos entrarem no mar e treinarem o primeiro movimento;
- ✓ Explicação de 15 a 20 minutos do *take off* completo (acrescenta-se o segundo e terceiro movimento), os alunos repetem o movimento algumas vezes, recebendo feedback e analisando os erros;

- ✓ Restante da aula: praticar tudo aprendido na aula focado em conseguir pegar uma onda e ficar em pé. Professores dentro da água ajudam os alunos a entrarem nas ondas e corrigem erros pontuais na prática.

Observação 3: aula dia 27 de maio

→ Previsão de 30 alunos, todos presentes no início da aula, 4 crianças, 4 instrutores.

- ✓ Entrega-se as pranchas e licras de mesma cor para identificar o grupo, em frente à escola, explicamos como irá funcionar, caminhamos juntos até a praia e colocamos as pranchas em um meio círculo no chão (15 minutos);
- ✓ Delimita-se o local na praia com duas bandeiras pretas para os alunos saberem onde ficar no mar. Explica-se a situação da corrente que neste dia estava muito forte para a esquerda. Pede que os alunos fiquem sempre entre as bandeiras delimitadas, para isto são instruídos a que, cada vez que passarem da bandeira mais da esquerda, saiam da água e caminhem até a outra bandeira, entrando novamente na água;
- ✓ Inicia-se a aula com uma explicação de 5 minutos, com aspectos gerais da aula, realizando uma apresentação breve (nome dos professores, onde a aula será realizada). Neste momento pergunta-se se algum aluno possuía experiência no esporte e 1 aluno menciona que já havia surfado duas vezes;
- ✓ Pede-se que os alunos entrem na água para se acostumar, durante 5 minutos, porém acabam ficando por mais de 10 minutos;
- ✓ Realiza-se o aquecimento de 15 minutos;
- ✓ 10 minutos de explicação de segurança e noções básicas de surfe;
- ✓ 10 minutos de explicação/ demonstração do primeiro movimento e repetição em terra;

- ✓ 15 minutos para treinar o movimento em água, os alunos sofrem com a corrente. Uma aluna, com sobrepeso, sofre tanto com a corrente, quanto com a prancha, não consegue encontrar equilíbrio nem para o primeiro movimento (que é deitado na prancha, portanto mais fácil de se equilibrar);
- ✓ Explicação de 15 a 20 minutos do *take off* completo (acrescenta-se o segundo e terceiro movimento), os alunos repetem o movimento algumas vezes, recebendo feedback e analisando os erros;
- ✓ Restante da aula: praticar tudo aprendido na aula focado em conseguir pegar uma onda e ficar em pé. Professores dentro da água ajudam os alunos a entrarem nas ondas e corrigem erros pontuais na prática;
- ✓ Os alunos acabam não passando o tempo inteiro na água pois precisam entrar e sair constantemente, em questão da corrente. Muitos ficam cansados e desistem, se sentam na areia e esperam. Os instrutores os ignoram e prestam somente atenção aos alunos em água. Percebo que, ao sair da água, a aula de sobrepeso estava com uma prancha pequena demais para ela e peço que ela troque com outro aluno. Ao fazer isto, a aula finalmente consegue se equilibrar e ter mais confiança.

Observação 4: aula dia 30 de maio

→ Previsão de 25 alunos, 3 crianças pequenas e um adolescente (14 anos), todos presentes.

- ✓ Entrega-se as pranchas e licras de mesma cor para identificar o grupo, em frente à escola, explicamos como irá funcionar, caminhamos juntos até a praia e colocamos as pranchas em um meio círculo no chão (15 minutos);
- ✓ Delimita-se o local na praia com duas bandeiras pretas para os alunos saberem onde ficar no mar. Explica-se a situação da corrente que neste dia estava muito forte para a esquerda. Pede que os alunos fiquem sempre entre as bandeiras delimitadas, para isto são instruídos a que, cada vez que

passarem da bandeira mais da esquerda, saiam da água e caminhem até a outra bandeira, entrando novamente na água;

- ✓ Inicia-se a aula com uma explicação de 5 minutos, com aspectos gerais da aula, realizando uma apresentação breve (nome dos professores, onde a aula será realizada). Neste momento pergunta-se se algum aluno possuía experiência no esporte e o aluno de 14 anos conta que havia realizado aulas com nossa escola nos últimos 3 dias;
- ✓ Pede-se que os alunos entrem na água para se acostumar, durante 5 minutos; porém, acabam ficando por mais de 10 minutos;
- ✓ Realiza-se o aquecimento de 15 minutos;
- ✓ 10 minutos de explicação de segurança e noções básicas de surfe;
- ✓ O aluno que realizou aulas nos últimos 3 dias é instruído a ir direto ao mar treinar tudo que sabe, acompanhado por um monitor, enquanto o instrutor federado e com mais experiência fica com os iniciantes. Enquanto o aluno com experiência fica em água a aula inteira, lutando contra a corrente e recebendo um *feedback* não tão especializado, a aula segue;
- ✓ 10 minutos de explicação/demonstração do primeiro movimento e repetição em terra;
- ✓ 15 minutos para treinar o movimento em água, os alunos sofrem com a corrente;
- ✓ Explicação de 15 a 20 minutos do *take off* completo (acrescenta-se o segundo e terceiro movimento), os alunos repetem o movimento algumas vezes, recebendo feedback e ajustando os erros;
- ✓ Restante da aula: praticar tudo aprendido na aula focado em conseguir pegar uma onda e ficar em pé. Professores dentro da água ajudam os alunos a entrarem nas ondas e corrigem erros pontuais na prática;

- ✓ O aluno com experiência passa a aula inteira tentando aperfeiçoar o movimento, sem aprender nada novo e nenhuma perspectiva de o que aprendera a mais.

Observação 5: aula dia 8 de junho

→ 23 pessoas divididas em 2 grupos, um com 13 e 2 instrutores e outro com 10 e 2 instrutores. 2 alunos com experiência prévia (surfaram há 2 anos/5 anos uma vez).

→ Acompanhei um dos grupos, com 10 pessoas, onde um dos alunos com experiência se encontrava também.

- ✓ Entrega-se as pranchas e licras de mesma cor para identificar o grupo, em frente à escola, explicamos como irá funcionar, caminhamos juntos até a praia e colocamos as pranchas em um meio círculo no chão (15 minutos);
- ✓ 10min entrar na água para acostumar corpo;
- ✓ 20 minutos de aquecimento (como o citado anteriormente), todos alunos juntos;
- ✓ 10 min entrar na água e praticar o *bodyboard*, professor demonstrou e alunos repetiram;
- ✓ 20 minutos de explicação de segurança e noções básicas de surfe;
- ✓ 5 minutos de explicação/ demonstração do primeiro movimento e repetição em terra;
- ✓ 20 minutos somente para os alunos praticarem a posição inicial em água;
- ✓ Explicação de 20 minutos do *take off* completo (acrescenta-se o segundo e terceiro movimento), os alunos repetem o movimento algumas vezes, recebendo *feedback* e ajustando os erros;
- ✓ Restante da aula praticando os movimentos na água.

Observação 6: aula dia 14 de junho

→ 18 alunos, todos presentes e sem experiência. 3 instrutores.

- ✓ Entrega-se as pranchas em frente à escola, explicamos como irá funcionar.

Neste dia, a praia onde a escola é localizada possuía muita corrente e ondas fortes. Portanto, na tentativa de melhores condições, fomos com as vans da empresa até uma praia vizinha, a 10 minutos de distância, para isso foram necessárias duas viagens, neste deslocamento foram perdidos mais de 20 minutos de aula;

- ✓ Ao chegar lá, caminhamos mais 10 minutos até a beira da praia, onde foi delimitado com bandeiras o espaço que usamos e as pranchas são colocadas no chão em meia lua;

- ✓ Ao chegarem lá, percebem que não foram trazidas as licras para os alunos.

Um dos instrutores retorna a escola e as busca, levando 10 minutos;

- ✓ Enquanto um instrutor está fora, os outros seguem com a explicação de noções básicas e segurança. Os alunos se aproximaram, pois o vento estava tão forte que não conseguiam ouvir bem;

- ✓ 5 minutos de breve aquecimento, pois a aula já estava atrasada;

- ✓ 5 minutos para explicação do *bodyboard*;

- ✓ 10 minutos de prática em água do *bodyboard*;

- ✓ 10 minutos de explicação/ demonstração do primeiro movimento e repetição em terra;

- ✓ 20 minutos para treinar o movimento em água, os alunos sofrem com a corrente e ondas fortes demais e com período curto, prejudicando a prática e dificultando a capacidade dos alunos permanecerem ou se equilibrar na prancha. Os professores por vezes precisavam segurar a prancha para alunos com mais medo e dificuldade se posicionarem em cima da prancha;

- ✓ Pede-se que os alunos saiam e explica-se que cada vez que a corrente levar os alunos para o limite de uma das bandeiras, é necessário e mais fácil sair da água e caminhar até a bandeira contrária, para assim, retornar a prática;
- ✓ Explicação de 20 minutos do *take off* completo (acrescenta-se o segundo e terceiro movimento), os alunos repetem o movimento algumas vezes, recebendo *feedback* e ajustando os erros;
- ✓ Restante da aula praticando os movimentos na água. Uma aluna estava extremamente assustada com o mar e desistiu no início deste momento por cansaço e medo.

ANEXO – REGULAMENTO



REGULAMENTO DAS ESCOLAS DE SURFING

Capítulo I Disposições Gerais

ARTIGO 1º Âmbito

O presente regulamento estabelece os princípios de licenciamento e funcionamento das escolas e centros de treino que existem, ou venham a existir, promovendo o seu reconhecimento, por todas as entidades relacionadas com o desempenho das atividades inerentes.

ARTIGO 2º Definições

Para efeitos do presente regulamento, consideram-se as seguintes definições:

- a) **Surfing:** são as atividades de deslize nas ondas, viajando na parede das mesmas em direção à praia. Esta é uma atividade desportiva que, em função dos desafios colocados aos praticantes, tem como principal característica o confronto com a Natureza e como principal particularidade o deslize. Aqui são incluídas várias disciplinas, todas elas enquadradas na FPS, sendo diferenciadas em função da utilização das pranchas e dos seus diferentes tipos: Shortboarding (Surf), Bodysurfing, Bodyboarding, Kneeboarding, Longboarding, Skimboarding, Stand Up Paddling (SUP), Tow-in, Tow-out.
- b) **Surfing Lazer:** Surfing realizado em tempo livre, como forma de distração e prazer pessoal; Pode ocorrer de duas formas distintas: numa sessão livre, onde a prática é realizada com total autonomia, por crianças, jovens ou adultos, de nível intermédio ou avançado; numa sessão orientada por um treinador, com vista à aprendizagem da modalidade (principiantes, intermédios e avançados), que pode ser dirigida a crianças, jovens e adultos.
- c) **Surfing Competição:** Quando o praticante treina, com o objetivo de participar nos campeonatos, de nível local, regional, nacional ou internacional, e pode acontecer com ou sem o acompanhamento do treinador; este praticante deve estar inscrito da FPS, na modalidade em que treina como competidor, estando associado a um clube.
- d) **Treinador de Surfing:** Nos termos do Decreto-Lei n.º 40/2012, alterado pela lei Lei n.º 106/2019, a "atividade de treinador de desporto compreende o treino e a orientação competitiva de praticantes desportivos, bem como o enquadramento técnico de uma atividade física ou desportiva, exercida:
 - a. como profissão exclusiva ou principal, auferindo por via dela uma remuneração;
 - b. de forma habitual, sazonal ou ocasional, independentemente de auferir uma remuneração."

Assim o treinador (monitor) de surfing desenvolve atividade como treinador de desporto, mesmo que o faça apenas em certos meses do ano ou de forma gratuita.; isto significa que quem exerce atividade como treinador (monitor) de surfing tem de obter e manter válido o Título Profissional de Treinador Desportivo (TPTD).

- e) **Aula de Surfing:** Considera-se aula de surfing, sempre e quando existe uma sessão dirigida (enquadrada tecnicamente), onde são transmitidas informações relativamente ao equipamento, ao mar e às ondas, e relativamente às técnicas, para deslizar nas ondas (podem ser individuais ou em grupo); de acordo com os objetivos podem ser uma experiência (primeiro contacto com a atividade), aula de níveis: principiantes (realizada nas espumas sem autonomia), intermédios (na espumas e/ou rebentação sem autonomia) e avançados (na rebentação com autonomia);
- f) **Escolas de Surfing:** Consideram-se escolas de Surf, Bodysurfing, Bodyboarding, Kneeboarding, Longboarding, Skimboarding, Stand Up Paddling (SUP) e Tow in/ Tow out todas as estruturas profissionais ou amadoras pertencentes a pessoas, clubes, autarquias, escolas ou outras Instituições públicas ou privadas onde se proceda ao ensino e/ou treino de Surf, Bodysurfing, Bodyboarding, Kneeboarding, Longboarding, Skimboarding, Stand Up Paddling (SUP) e Tow in/ Tow out;
- g) **Empresas de Animação Turística:** a pessoa singular ou coletiva que desenvolva com carácter comercial as atividades lúdicas de natureza recreativa, desportiva ou cultural, que se configurem como atividades de turismo de ar livre ou de turismo cultural e que tenham interesse turístico para a região onde se desenvolvam; O regime de acesso e exercício da atividade das Empresas de Animação Turística, incluindo os operadores Marítimo-Turísticos, encontra-se regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro.
- h) **Agente de Animação Turística:** é aquela empresa ou empresário em nome individual que tem como atividade a organização e a venda de atividades recreativas, desportivas ou culturais, em meio natural ou em instalações fixas destinadas ao efeito, de carácter lúdico e com interesse turístico para a região em que se desenvolvam;
- i) **Operador Marítimo-Turístico:** De acordo com o artigo 5.º do DL 108/2009, são operadores marítimo-turísticos as empresas de animação turística "quando pretendam exercer exclusivamente atividades marítimo-turísticas ... e apenas podem exercer as atividades previstas no nº 2 do artigo anterior; não podem ter aulas de surfing, estando apenas permitido o aluguer de material.

Capítulo II Objetivos

Pretende-se com o presente regulamento definir as normas de funcionamento, das escolas de surf, em território nacional, nomeadamente no que respeita a:

- a) **Licenciamento;**
- b) **Funcionamento;**
- c) **Certificação profissional dos treinadores;**
- d) **Condições de prática;**
- e) **Condições de segurança.**

Capítulo III Escola de Surfing

ARTIGO 3º Licenciamento

De modo a uniformizar o acesso à licença de escola de surf e dessa forma permitir o ensino e treino do surfing as diferentes entidades devem cumprir os seguintes critérios:

1. Estar inscrito na Federação Portuguesa de Surf enquanto Escola de Surf;
2. Estar inscrito no RNATT de acordo com a atividade a desenvolver;
3. As empresas de animação turística têm que estar registadas como agentes de animação turística, não sendo permitido exercer a atividade enquanto operador marítimo-turístico;
4. Os clubes de surf (se for esse o caso), têm que estar inscritos, como tal, na FPS, na época desportiva vigente;
5. Apresentar um treinador, portador de Cédula com grau suficiente para exercer (TPTD/ IPDJ) e inscrito na FPS, como diretor técnico da escola, e para assumir a coordenação e supervisão de uma equipa de treinadores de Grau I ou Grau II;
6. Apresentar a lista dos treinadores que vão exercer a atividade, certificados com TPTD/ IPDJ, no mínimo de Grau I, e inscritos na FPS (pode e deve ser atualizada sempre que necessário);
7. Possuir seguros válidos de acordo com a lei vigente: Responsabilidade Civil, 50.000€, Acidentes pessoais grupo – desporto amador não federado, cultura e recreio de valor superior a 20.000€; (a apresentar no ato de pedido de licença);
8. Possuir material adequado ao nível de ensino (pranchas, fatos, licras, leashes -lista a apresentar no ato de pedido de licença);
9. Possuir um plano de emergência (socorro e salvamento; a apresentar no ato do pedido de licença)
10. Possuir um plano de proteção do ambiente (a apresentar no ato do pedido de licença)
11. Apresentar o registo de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária (na altura de pedido da licença)
12. Ficha de cada aluno individual (opcional)

ARTIGO 4º Funcionamento Geral

Para funcionar a Escola de Surfing deve cumprir os seguintes requisitos:

1. Identificar os treinadores que exercem atividade, certificados com TPTD/ IPDJ, no mínimo de Grau I, e inscritos na FPS (em lista entregue no ato de licenciamento, atualizada sempre que necessário);
2. As sessões (aulas, experiências ou treino) só devem decorrer se as condições meteorológicas e de agitação marítima forem favoráveis, para a realização das atividades em segurança, estando interditas em caso de aviso de mau tempo promulgado, nos termos do Decreto-Lei n.º 283/87, de 25 de julho, ou promulgação pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) de aviso meteorológico que corresponda a situação de risco na agitação marítima;

3. Paralelamente, devem existir boas condições de visibilidade;
4. Atendendo às condições do mar, recomenda-se idealmente um rácio de 1 treinador para 6 alunos (nível principiantes), podendo, caso as condições o permitam, ter um máximo de 8 alunos (nível intermédio ou avançado) por treinador.
5. Ter meio de salvamento acessível, de acordo com as condições do mar (barbatanas ou prancha adicional).
6. Ter telefone móvel acessível;
7. Ter Caixa de 1ºs Socorros com o material necessário para prestar socorro de acordo com a indicação da DGS (<https://www.dgs.pt/saude-ocupacional/referenciais-tecnicos-e-normativos/informacoes-tecnicas/informacao-tecnica-n-12010-primeiros-socorros-no-local-de-trabalho.aspx>);
8. Efetuar a sessão (alunos níveis principiantes e intermédios) numa zona previamente demarcada por bandeiras na areia (na borda de água) com indicação ZONA DE SURF
9. Todos os alunos, independentemente do nível ou propósito da sessão, têm que estar identificados com licras;
10. Todos os treinadores têm de estar identificados (licra na água e colete em terra).
11. Ter material adequado ao nível de surf de cada aluno/atleta (fatos, pranchas, leashes, licras)
12. Assegurar, para os alunos e treinadores, que em todo o momento a sessão (aula, experiência ou treino) decorre em segurança.

ARTIGO 7º

Funcionamento Específico Escolas de Stand Up Paddle (SUP)

Para além das regras de funcionamento geral, apresentadas no artigo anterior, devem ainda cumprir as seguintes regras, para a prática do SUP, fora da rebentação:

1. A prática do SUP só é permitida durante o período diurno, até uma hora antes do pôr do sol;
2. Durante a época balnear, é proibida a prática de SUP nas zonas reservadas a banhistas;
3. No mar, a prática do SUP não pode ser efetuada a mais de 300 metros da borda de água;
4. A prática do SUP implica o uso obrigatório de colete salva-vidas e leash;
5. O praticante deve dispor de um dispositivo para comunicações móveis, que possibilite em caso de acidente, o contacto com o número nacional de emergência (112);
6. Cumulativamente aos avisos de mau tempo promulgados, a prática de SUP não pode ser efetuada com vento superior a F4 da escala de Beaufort (até 16 nós) e mar de Pequena Vaga (vaga até 1 metro de altura).

Capítulo IV
As sessões (aula, experiência ou treino) de Surfing

ARTIGO 8º

Condições de prática (técnico-pedagógicas)

Para que as sessões tenham qualidade, recomenda-se que a escola de surf tenha:

- a) Plano técnico e pedagógico das atividades, do conhecimento de todos os treinadores e disponível para apresentação sempre que necessário;
- b) Pranchas apropriadas, para cada nível técnico e escalão etário, em bom estado de conservação;
- c) Fatos isotérmicos apropriados para a estatura e peso dos alunos, podendo não ser utilizados, se as condições meteorológicas assim o justificarem;
- d) Um plano de emergência (apresentado no ato do licenciamento), do conhecimento de todos os treinadores, que deve incluir:
 - a. A sinalética de emergência;
 - b. A sequência de ações a realizar;
 - c. A responsabilidade de cada treinador ou outros colaboradores envolvidos;
- e) Registo das atividades efetuadas e das ocorrências de emergência.

ARTIGO 9º

A estrutura da sessão

Os acontecimentos, durante a sessão, são da responsabilidade do treinador, que a deve conduzir garantindo:

- a) A sessão tem uma introdução, onde são apresentadas aos alunos, as fases da sessão e o objetivo da mesma, as condições de prática e os procedimentos de segurança;
- b) Deve existir como início da prática, um aquecimento, onde se mobiliza o corpo de uma forma geral e específica, preparando o aluno para a prática;
- c) A parte principal da sessão deve ter então início, garantindo-se que:
 - a. Os alunos estão em atividade;
 - b. Que o local escolhido é adequado para o nível técnico dos alunos;
 - c. Que as pranchas são adequadas ao nível técnico dos alunos;
 - d. As condições de segurança são mantidas, considerando o número de praticantes no local, as condições do mar e do material utilizado, e a condição física dos alunos;
- d) A conclusão da sessão é importante para fazer um retorno à calma, verificar se os alunos estão bem fisicamente e para lhes transmitir uma informação relativamente à sua prestação.

Capítulo V Disposições Finais

ARTIGO 10º Sanções

O incumprimento dos procedimentos constantes neste regulamento poderão ser razão suficiente para a FPS suspender, na época em causa, o respetivo licenciamento, com todas as consequências inerentes.

A comunicação sobre qualquer infração ao estipulado neste regulamento é condição suficiente para a abertura de um processo de averiguações, sobre o funcionamento da Escola em questão. Cada situação será analisada individualmente, mas o incumprimento de regras de menor gravidade, pode obrigar a escola a corrigir a situação num prazo determinado, ou em caso mais graves a encerrar temporariamente a sua atividade.

ARTIGO 11º Casos omissos

Quaisquer casos omissos, no presente regulamento, serão analisados pela Direção da FPS que deliberará em conformidade.

ARTIGO 12º Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor a 1 de Janeiro de 2021.

ARTIGO 13º Revogação

O presente Regulamento revoga o anterior Regulamento Escolas e Centros de treino da FPS.